



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA – CAPITAL DAS CAVERNAS

Praça Padre Caiaffa, n. 70, Centro, CEP 18330-000, Iporanga-SP

CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta

(15) 3656–9830 | lct@iporanga.sp.gov.br | www.iporanga.sp.gov.br

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 03/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 140/2024

Aplicação Lei nº 14.133/2021

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA**, Estado de São Paulo, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça Padre Caiaffa, N.º 70, Alto do Coqueiro, Iporanga / SP, inscrita no CNPJ N.º 46.634.283/0001-24, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, o Sr. **ALESSANDRO MENDES RODRIGUES**, torna público para conhecimento dos interessados que será realizado licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL** a ser processado e julgado pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, nomeados pela **Portaria Municipal nº018/2024** conforme condições estabelecidas no presente Edital.

Fundamento Legal: **Regime da Lei Federal nº 14.133/21** com as alterações posteriores e legislação complementar vigente e pertinente à matéria.

DATAS

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até: 09h00min do dia 04/06/2024

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09h30 min do dia 04/06/2024

LOCAL PARA CADASTRO DAS PROPOSTAS INICIAIS: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br (Acesso identificado).

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

1 - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 - O Pregão, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica (licitações) da plataforma da Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br, conforme adesão do Município.

1.1.1 – as regras envolvendo o tipo da licitação, regulamentadas pela Instrução Normativa Federal nº 73/2022, serão aplicadas ao certame;

1.2 - Os trabalhos serão conduzidos por servidor do **Município de Iporanga-SP** denominado Pregoeiro.

2 - DO OBJETO

2.1 - O presente pregão tem por objeto a AQUISIÇÃO DE VEÍCULO MODELO FURGÃO OU PICK-UP, TIPO AMBULANCIA TIPO “A”, ZERO KM, ESTAR EM CONFORMIDADE COM TODAS AS NORMAS E LEGISLAÇÕES VIGENTES NO BRASIL, ESPECIALMENTE AS ESTABELECIDAS PELO CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN) E PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE, PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE IPORANGA/SP.

3 - FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS

3.1 - Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública exclusivamente por meio eletrônico, via internet, endereçados exclusivamente ao e-mail: lct@iporanga.sp.gov.br.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA – CAPITAL DAS CAVERNAS

Praça Padre Caiaffa, n. 70, Centro, CEP 18330-000, Iporanga-SP

CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta

(15) 3656–9830 | lct@iporanga.sp.gov.br | www.iporanga.sp.gov.br

3.1.1 - As informações administrativas relativas a este Edital poderão ser obtidas junto a plataforma da BLL, ou junto ao Setor de Licitações, pelo telefone 15-3656-9837. As questões estritamente técnicas referentes ao objeto licitado serão prestadas pela Secretaria Municipal de Saúde, pelo e-mail saude@iporanga.sp.gov.br.

3.2 - Nos termos do Art. 164 da Lei 14.133/21, qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

3.2.1 - As impugnações ao Edital deverão ser dirigidas ao Pregoeiro.

3.2.2 - Caso a licitante estiver impossibilitada de efetuar pessoalmente o protocolo no Setor Oficial de Protocolos da Prefeitura poderá encaminhar via Correios, endereçado ao Setor de Licitações da Prefeitura, que ao receber encaminhará ao setor de Protocolo para as providências, com carta de aviso de recebimento, afim de comprovar o envio da sua manifestação.

3.2.3 - As impugnações também serão aceitas e recebidas quando enviadas através do sistema informatizado da Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br ou via e-mail: lct@iporanga.sp.gov.br.

3.2.4 - A impugnação deverá, obrigatoriamente, estar acompanhada de CPF ou RG, em se tratando de pessoa física, e de CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica (por documento original ou cópia autenticada), bem como do respectivo ato constitutivo e procuração, na hipótese de procurador, que comprove que o signatário, efetivamente, representa e possui poderes de representação da impugnante.

3.2.5 - Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

3.3 - Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis requisitantes e pela elaboração deste Edital e seus anexos, sendo que a resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

3.4 - Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame se, da impugnação, gerar alterações que impliquem em comprometimento de formulação das propostas.

3.5 - As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

3.5.1 - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

3.6 - Se das consultas ou impugnações resultar a necessidade de modificar o edital, a alteração será divulgada pela mesma forma em que se deu o texto original do instrumento convocatório.

3.7 - Em caso de divergência existente entre o detalhamento dos descritivos dos itens registrados na página eletrônica da plataforma da Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br e as especificações constantes no Termo de Referência, PARA EFEITO DE PROPOSTA, ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO prevalecerão às últimas.

3.8 – Dúvidas em relação à operacionalização do sistema, como forma de anexar documentos ou operar durante a fase de disputa, por exemplo, devem ser direcionadas diretamente ao suporte da plataforma, da Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br, não havendo conhecimento técnico dos servidores para prestar tais informações.

4 - REFERÊNCIAS DE TEMPO

4.1 - Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA – CAPITAL DAS CAVERNAS

Praça Padre Caiaffa, n. 70, Centro, CEP 18330-000, Iporanga-SP

CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta

(15) 3656-9830 | lct@iporanga.sp.gov.br | www.iporanga.sp.gov.br

5 - CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

5.1 - Poderão participar deste Pregão Eletrônico empresas brasileiras ou empresas estrangeiras em funcionamento no Brasil pertencentes ao ramo do objeto licitado, que atendam às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação exigida para habilitação, para o respectivo cadastramento junto à plataforma da Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br e que desempenhem atividade compatível com o objeto desta Licitação.

5.1.1 - Para efeitos de participação das Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte nesta licitação, nos termos do art. 3º, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, são considerados:

a) Microempresa – O empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, que aufera, em cada ano calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos sessenta mil reais).

b) Empresa de Pequeno Porte – O empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, que aufera, em cada ano calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

5.1.2 - Não fará jus ao regime diferenciado e favorecido nas licitações públicas previsto na Lei Complementar nº 123/2006 a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte:

a) de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

b) que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

c) de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado, nos termos da referida Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o art. 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006;

d) cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o art. 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

e) cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

f) constituída sob a forma de cooperativa, salvo as de consumo; 3

g) que participe do capital de outra pessoa jurídica;

h) que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

i) resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

j) constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.2 – Os benefícios previstos para micro e pequenas empresas não são aplicados, ainda, nos casos prescritos pelo art. 4º, da Lei Federal nº 14.133/21:



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA – CAPITAL DAS CAVERNAS

Praça Padre Caiaffa, n. 70, Centro, CEP 18330-000, Iporanga-SP

CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta

(15) 3656-9830 | ict@iporanga.sp.gov.br | www.iporanga.sp.gov.br

I – no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

II – no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

5.3 - A obtenção de benefícios a que se refere o item 5.1.1 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

5.3.1 - Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos nos §§ 1º e 2º do artigo 4º da Lei 14.133/21.

5.4 - O licitante deverá promover a sua inscrição e credenciamento para participar do pregão, até o horário fixado no edital para inscrição e cadastramento

5.5 - Os licitantes deverão responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros, ou manifestações equivocadas, ambientes inadequados;

5.6 – O Município não se responsabiliza por custos na operacionalização e uso do sistema;

5.7 - O Licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta de preços, independente do resultado do procedimento licitatório.

5.8 - Pessoa jurídica poderá participar da licitação em consórcio, observadas as seguintes normas fixadas pelo art. 15, da Lei Federal nº 14.133/21:

I - Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

II - Indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

III – Será admitido, para efeito de habilitação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

IV – Fica impedida a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

V - Responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

5.8.1 - O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso;

5.8.2 - A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato, se for o caso, mediante apresentação dos documentos e notificação antecipada à Administração;

5.9 - Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA – CAPITAL DAS CAVERNAS

Praça Padre Caiaffa, n. 70, Centro, CEP 18330-000, Iporanga-SP

CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta

(15) 3656-9830 | lct@iporanga.sp.gov.br | www.iporanga.sp.gov.br

I - A constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;

II - A cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

III - Qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

IV - O objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

5.10 - Não poderão participar deste Pregão ou participar da execução do contrato, direta ou indiretamente:

5.10.1 - Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

5.10.1.1 - O impedimento de que trata o item anterior também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

5.10.2 - Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

5.10.3 - Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

5.10.4 - Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

6 - CREDENCIAMENTOS NO APLICATIVO LICITAÇÕES

6.1. As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à plataforma da Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no referido site da bll.

6.2. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação na plataforma da Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital;

6.3. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento da documentação de habilitação, proposta de preços e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa;

6.4. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, assim como a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA – CAPITAL DAS CAVERNAS

Praça Padre Caiaffa, n. 70, Centro, CEP 18330-000, Iporanga-SP

CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta

(15) 3656-9830 | lct@iporanga.sp.gov.br | www.iporanga.sp.gov.br

6.5. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico;

7 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1 - Os licitantes vencedores encaminharão, exclusivamente por meio do sistema (enviar anexo), proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de recebimento de propostas.

7.2 – Conforme previsão do artigo 63, inciso II da Lei 14.133/21, será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor:

a) Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

b) A falta de documento exigido em edital e não cadastrado na plataforma, mas, que esteja disponível no cadastro SICAF, estando dentro do prazo de validade, atenderá as exigências de habilitação deste edital.

c) É possível diligenciar a existência de documento complementar ou outros meios de comprovar o atendimento das exigências editalícias, desde que não se trate de documento ausente ou que não possa ser obtido em breve consulta virtual.

7.2.1 - As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

7.3 - Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

7.3.1 – Após a abertura da sessão pública, a proposta apresentada será irretratável e irrenunciável e não poderá ser alterada, seja com relação a prazo e especificações, seja com relação a qualquer condição que importe modificação dos seus termos originais, bem como, não serão admitidos quaisquer acréscimos, supressões, retificações ou desistência de propostas, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro para revelação de erros ou omissões formais, de que não resultem prejuízo para o entendimento das propostas;

7.3.2 - Cada licitante poderá apresentar apenas uma proposta de preço.

7.4 - Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.5 - Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7.6 – Caso esteja enquadrada como entidade preferencial, o licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006 para fazer jus aos benefícios:

a) A declaração falsa relativa ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.

7.7 – A sessão poderá ser suspensa pelo pregoeiro a qualquer momento para análise e conformidade das propostas e de documentação:

a) Após a suspensão da sessão pública, o Pregoeiro enviará, via chat, mensagem às licitantes informando a data e o horário previstos para o início da oferta de lances;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA – CAPITAL DAS CAVERNAS

Praça Padre Caiaffa, n. 70, Centro, CEP 18330-000, Iporanga-SP

CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta

(15) 3656-9830 | lct@iporanga.sp.gov.br | www.iporanga.sp.gov.br

7.8 - Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8 – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

8.1 - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

8.1.1 - Valor unitário e valor global/total dos itens;

8.1.2 – Marca/modelo;

8.1.3 – Fabricante;

8.1.4 - Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso, ou código do item em catálogo oficial;

8.2 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

8.3 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

8.4 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.5 - O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

9 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

9.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

9.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

9.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.4.1. O LANCE DEVERÁ SER OFERTADO PELO MENOR VALOR UNITÁRIO DO ITEM.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA – CAPITAL DAS CAVERNAS

Praça Padre Caiaffa, n. 70, Centro, CEP 18330-000, Iporanga-SP

CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta

(15) 3656-9830 | ict@iporanga.sp.gov.br | www.iporanga.sp.gov.br

9.5. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.6. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.6.1 O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro e o certame seguirá o regime estabelecido pela Instrução Normativa 73/2022, do Governo Federal.

9.6.2 O licitante somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

9.6.3 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível, nos termos dos arts. 33 e 34 da Instrução Normativa nº 73/2014.

9.6.4 O agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

9.6.5 Eventual exclusão de proposta do licitante, de que trata o § 4º, implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

9.6.6 Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

9.7. Fica previsto o intervalo mínimo de diferença de valor de **R\$ 50,00 [CINQUENTA REAIS]** entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

9.8. Será adotado para o envio de lances no **presente Pregão Eletrônico o MODO DE DISPUTA "ABERTO"**, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento adotado neste edital.

9.8.1 Neste modo de disputa, a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

9.8.2. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o item anterior será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

9.8.3. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida neste edital, a sessão pública será encerrada automaticamente.

9.9. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro;

9.9.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

9.11. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA – CAPITAL DAS CAVERNAS

Praça Padre Caiaffa, n. 70, Centro, CEP 18330-000, Iporanga-SP

CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta

(15) 3656–9830 | ict@iporanga.sp.gov.br | www.iporanga.sp.gov.br

9.12. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

9.13. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, sem prejuízo dos atos realizados.

9.14. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, para o órgão ou a entidade promotora da licitação, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9.15. O Critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO UNITARIO DO ITEM**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

9.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.17. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.17.1 – Dos critérios gerais para desempate entre propostas:

9.17.1.1 - Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem, e a depender da possibilidade prática de utilização dos critérios, já que alguns encontram-se inviáveis por ausência de regulamentação externa, embora previstos em Lei e devendo ser observados:

I – disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

II – avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual serão preferencialmente utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei 14.133/21;

III – desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

IV – desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

9.17.1.2 - Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

I – empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

II – empresas brasileiras;

III – empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV – empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

9.17.5 - As regras de desempate não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

9.18. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.19. É vedada a desistência dos lances já ofertados sujeitando-se o proponente às sanções previstas nas leis pertinentes;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA – CAPITAL DAS CAVERNAS

Praça Padre Caiaffa, n. 70, Centro, CEP 18330-000, Iporanga-SP

CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta

(15) 3656–9830 | ict@iporanga.sp.gov.br | www.iporanga.sp.gov.br

9.20 - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

9.20.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

9.20.2. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) - contiverem vícios insanáveis;
- b) - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- c) - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- d) - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

9.20.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos.

9.20.2.1.1 No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

9.20.2.1.2 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

9.20.2.1.2.1 A inexequibilidade de bens e serviços em geral, só será considerada após diligência do agente de contratação ou da comissão de contratação, quando o substituir, que comprove:

I - que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

II - inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

9.20.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

9.20.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

9.20.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

9.20.5.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita ou de ofício pelo Pregoeiro.

9.20.5.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

9.20.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA – CAPITAL DAS CAVERNAS

Praça Padre Caiaffa, n. 70, Centro, CEP 18330-000, Iporanga-SP

CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta

(15) 3656-9830 | lc@iporanga.sp.gov.br | www.iporanga.sp.gov.br

9.20.7. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

9.20.8. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.20.9. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

10 – DA FASE DE LANCES

10.1 - Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

10.1.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

10.1.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

10.1.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

11 - HABILITAÇÃO

11.1 - Para se habilitarem nesta licitação, os interessados deverão anexar junto a plataforma da Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br a documentação abaixo, preferencialmente com autenticação digital e legível:

11.1.1 - Se a licitante desatender as exigências de habilitação, a mesma será inabilitada e o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

11.1.2 - Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

11.1.2.1 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.1.2.2. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

11.2 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a sua participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

I - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>)



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA – CAPITAL DAS CAVERNAS

Praça Padre Caiaffa, n. 70, Centro, CEP 18330-000, Iporanga-SP

CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta

(15) 3656-9830 | lct@iporanga.sp.gov.br | www.iporanga.sp.gov.br

11.2.1 - A consulta aos Cadastros acima será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei n. 8.429/1992 que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

11.2.2 - Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará a licitante inabilitada, por falta de condição de participação.

11.3. - Será considerado habilitado o licitante que apresentar os documentos relacionados no Edital, **subitens 11.6.**

11.3.1. - O licitante que participar do certame declarando que cumpre os requisitos de habilitação e não cumpri-los, será inabilitado e estará sujeito às penalidades previstas no edital.

11.4. - Constituem motivos para inabilitação do licitante:

11.4.1 - a apresentação de documentos com prazo de validade vencido e que não sejam possíveis de verificação online instantânea;

11.4.2 - a substituição dos documentos exigidos para habilitação por protocolos de requerimento de certidão;

11.4.3 - o não cumprimento dos requisitos de habilitação.

11.5 - Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

11.5.1 - Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.6 - Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a **documentação** a seguir, para fins de habilitação:

11.6.1 **DECLARAÇÃO** de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela **veracidade das informações prestadas**, na forma da lei;

11.6.2 **DECLARAÇÃO** de que cumpre as exigências de **reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social**, previstas em lei e em outras normas específicas.

11.6.3 **DECLARAÇÃO** negativa de **relação familiar ou parentesco**;

11.6.4 **DECLARAÇÃO** de Cumprimento da **Lei Geral de Proteção de Dados** - Lei n. 13.709/2018;

11.6.5 **DECLARAÇÃO** de **integralidade dos custos propostos**;

11.6.6 **DECLARAÇÃO** de que pode usufruir dos benefícios de ME e EPP;

11.6.7 **DECLARAÇÃO** de não comprometimento técnico e financeiro como fato impeditivo para execução da plena execução contratual, caso a licitante de consagre vencedora no certame,

OBSERVAÇÃO: As declarações acima citadas poderão ser formalizadas num documento unificado, desde que contenham todas as declarações e informações necessárias no documento unificado a ser apresentado.

11.7 - HABILITAÇÕES JURÍDICAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA – CAPITAL DAS CAVERNAS

Praça Padre Caiaffa, n. 70, Centro, CEP 18330-000, Iporanga-SP

CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta

(15) 3656–9830 | lct@iporanga.sp.gov.br | www.iporanga.sp.gov.br

11.7.1 A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada:

a) **ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO, CONTRATO SOCIAL** ou documento semelhante,

11.8 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ):

a) Prova de **INSCRIÇÃO NO CADASTRO** de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo à sede do proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

b) **Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional** mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários **FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO** (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional, (Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa);

a) Prova de regularidade para com a Fazenda **MUNICIPAL** da sede da licitante, por meio da apresentação da certidão(ões) negativa(s) ou positiva(s) com efeito de negativa(s), expedida(s) pela Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante. **(DEBITOS MOBILIARIOS)**;

b) Prova de regularidade para com a Fazenda **MUNICIPAL** da sede da licitante, por meio da apresentação da certidão(ões) negativa(s) ou positiva(s) com efeito de negativa(s), expedida(s) pela Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante **(DEBITOS IMOBILIARIOS)**;

c) Prova de regularidade para com a **FAZENDA ESTADUAL** por meio da apresentação da certidão(ões) negativa(s) ou positiva(s) com efeito de negativa(s), expedida(s) pela Procuradoria do Estado - **(Pertinentes a DÉBITOS INSCRITOS na dívida ativa)**;

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual por meio da apresentação da certidão(ões) negativa(s) ou positiva(s) com efeito de negativa(s), expedida(s) pela Procuradoria do Estado **(Pertinentes a DÉBITOS NÃO INSCRITOS na dívida ativa)**;

e) Prova de regularidade com o **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)** (Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa);

f) **Prova de Regularidade com a CNDT** – (Certidão Negativa Débitos Trabalhistas), junto ao TST, ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº.5.451 de 1º de maio de 1943, de forma a comprovar a inexistência de Débitos inadimplidos perante o referido órgão. (Incluindo pela Lei nº. 12.440, de 2011), junto ao TST www.tst.gov.br, (Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa);

g) Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei; **Alvará de Localização/funcionamento**;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA – CAPITAL DAS CAVERNAS

Praça Padre Caiaffa, n. 70, Centro, CEP 18330-000, Iporanga-SP

CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta

(15) 3656–9830 | lct@iporanga.sp.gov.br | www.iporanga.sp.gov.br

h) Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

i) A licitante melhor classificada deverá, também, apresentar a documentação de regularidade fiscal das microempresas e/ou empresas de pequeno porte que serão subcontratadas no decorrer da execução do contrato, ainda que exista alguma restrição, aplicando-se o prazo de regularização previsto no art. 4º, §1º do Decreto nº 8.538, de 2015

11.9 - Qualificação Técnica

11.9.1 - **Pelo menos 01 (um) ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**, expedido por órgão público federal, estadual ou municipal, ou por empresas públicas ou privadas, em nome da licitante, comprovando que a mesma já executou, de forma satisfatória, fornecimento do item referentes ao objeto licitado, em conformidade/compatibilidade com objeto do presente edital.

11.9.1.1 - NO ATESTADO DEVERÁ CONSTAR NÚMERO DO CONTRATO/ANO (QUANDO HOUVER), DESCRIÇÃO SUCINTA E CLARA DO OBJETO CONTRATADO/FORNECIDO;

11.9.2 - Para efeito de verificação da qualificação técnica, quando não se tratar de contratação de obras e serviços de engenharia, os atestados de capacidade técnico-profissional e técnico operacional poderão ser substituídos por outra prova de que o profissional ou a empresa possui conhecimento técnico e experiência prática na execução de serviço de características semelhantes, tais como, por exemplo, termo de contrato ou notas fiscais abrangendo a execução de objeto compatível com o licitado.

11.9.5 –É possível realizar diligência para confirmar tais informações.

11.10 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

11.9.2 - certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

11.9.2.1 - Caso a licitante se encontre em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser apresentada, por meio da documentação apropriada, a sentença homologatória do plano de recuperação judicial, além do cumprimento dos demais requisitos de habilitação constantes neste Edital.

11.9.5 - Havendo restrição na regularidade fiscal da microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme o art. 43, §1º da Lei Complementar 123/06, alterada pelas Leis Complementares 128/2008 e 147/2014;

11.9.5.1 - A não regularização da documentação, no prazo fixado acima, implicará decadência do direito de contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 155 da Lei n.º 14.133/21, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata ou revogar a licitação.

11.9.6 - Para comprovarem que se enquadram na condição de ME/EPP e ter tratamento diferenciado, as empresas deverão apresentar juntamente com os documentos de habilitação, os documentos abaixo:



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA – CAPITAL DAS CAVERNAS

Praça Padre Caiaffa, n. 70, Centro, CEP 18330-000, Iporanga-SP

CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta

(15) 3656-9830 | ict@iporanga.sp.gov.br | www.iporanga.sp.gov.br

11.9.6.1 – **DECLARAÇÃO demonstrando estar apta a receber tratamento diferenciado e afirmando estar na condição de ME/EPP, conforme modelo constante no anexo V deste edital;**

11.9.6.2 - A declaração falsa relativa ao enquadramento na condição de ME ou EPP para fins de fruição dos benefícios da Lei Complementar nº. 123/2006 sujeitará o licitante, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como caracteriza o crime previsto no art. 299 do Código Penal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

11.9.7 - Em caso de divergência existente entre o rol de documentos exigidos neste Edital, para habilitação das Licitantes participantes do Certame, com o rol constante na página eletrônica da plataforma da Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br, prevalecerá o primeiro.

12 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

12.1. Encerrada a fase de lances, a proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo máximo de **02 (duas) horas** contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, através do sistema em que ocorreu a disputa, e deverá:

12.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada e digitalizada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

12.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

12.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

12.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

12.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

12.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços **unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros**, no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

12.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

12.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

12.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

12.7 A Prefeitura Municipal poderá solicitar ao licitante a prorrogação do prazo de validade da PROPOSTA por até 30 (trinta) dias. Neste caso, tanto a solicitação quanto a aceitação serão formuladas por escrito, sendo facultado ao licitante recusar ou aceitar o pedido; entretanto, no caso de concordância, a PROPOSTA não poderá ser modificada.

12.8 - DO ENCAMINHAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO

12.8.1 – TODOS OS LICITANTES INTERESSADOS DEVERÃO ANEXAR PFEVIAMENTE NA PLATAFORMA TODA A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO EXIGIDA EM EDITAL E A PROPOSTA DA EMPRESA.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA – CAPITAL DAS CAVERNAS

Praça Padre Caiaffa, n. 70, Centro, CEP 18330-000, Iporanga-SP

CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta

(15) 3656–9830 | lct@iporanga.sp.gov.br | www.iporanga.sp.gov.br

12.8.1.1 - Caso o licitante não apresente os documentos de habilitação no prazo citado no item anterior, será considerado inabilitado.

12.8.1.2 – A convocação ocorrerá exclusivamente pelo sistema, devendo a licitante encaminhar, de forma digital, todos os documentos elencados neste edital.

12.8.2 - Consideradas cumpridas todas as exigências do edital quanto à apresentação da documentação de habilitação e proposta final pelo licitante classificado em primeiro lugar, o pregoeiro o declarará vencedor.

12.8.3 - Ocorrendo a inabilitação, o pregoeiro convocará o autor do segundo menor lance para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou poderá revogar a licitação.

12.8.3.1 Após a homologação, o licitante vencedor será convocado para assinar o termo de contrato ou a ata de registro de preços, ou aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido no edital de licitação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis;

12.8.3.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

12.8.3.3 Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato ou a ata de registro de preços, ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação ou a ata de registro de preços, ou instrumento equivalente, nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis.

12.8.3.4 Caso nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do 12.8.3.4, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:

I - convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário;

II - adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12.8.3.5 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

12.8.3.6 A regra do 12.8.3.5 não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados.

12.8.3.7 Caso a proposta do licitante vencedor não atenda ao quantitativo total estimado para a contratação, poderá ser convocada a quantidade de licitantes necessária para alcançar o total estimado, respeitada a ordem de classificação, observado o preço da proposta vencedora.

13. - DA MANIFESTAÇÃO DOS RECURSOS DO PROCESSO

13.1. Ao final da sessão, na fase de habilitação, o pregoeiro verificará a conformidade dos documentos e proposta adequada e, caso toda documentação e proposta estejam conforme o edital, o pregoeiro comunicará através de mensagem no sistema de Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br que irá adiantar a fase do processo no



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA – CAPITAL DAS CAVERNAS

Praça Padre Caiaffa, n. 70, Centro, CEP 18330-000, Iporanga-SP

CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta

(15) 3656-9830 | 1ct@iporanga.sp.gov.br | www.iporanga.sp.gov.br

sistema, de habilitação para em adjudicação, sendo facultada a qualquer licitante a possibilidade de manifestação de intenção de recorrer de forma motivada, isto é, indicando contra quais decisões pretende recorrer e por quais motivos, de maneira resumida, em campo próprio do sistema, **no prazo de 10 (dez minutos)**.

13.1.1 - Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

13.1.2 - A falta de manifestação motivada do licitante, quanto à intenção de recorrer, no prazo estabelecido no item 13.1 e a não apresentação das razões do recurso no prazo legal, importarão na decadência desse direito, autorizando o Pregoeiro a adjudicar o objeto à licitante vencedora, encaminhando o processo para homologação pela autoridade superior.

13.1.3 - Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de **03 (três) dias para apresentar as razões**, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, **em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente**, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.1.4 - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.1.5 - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no Departamento de Licitações, sito à Praça Padre Caiaffa, nº 70, bairro Alto do Coqueiro, cidade de Iporanga-SP ou por meio de protocolo eletrônico.

13.1.6 - Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente. Os documentos comprobatórios do representante legal (que comprovam os poderes legais) deverão ser enviados juntamente com o recurso.

14. DO CONTRATO

14.1 – Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento e determinará a convocação dos vencedores para a assinatura do contrato.

14.2 – O contrato será formalizado, com observância dos artigos 89 a 95 da Lei 14.133/21, e será subscrito pela autoridade competente.

14.3 - O contrato terá vigência de **12 (doze) meses** a partir da data da sua assinatura.

15. DA FORMA DE EXECUÇÃO:

15.1 – A aquisição do item, objeto do presente edital deverá rigorosamente obedecer às informações contidas no Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar que segue anexo ao presente edital de Pregão Eletrônico.

16. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

16.1 – Os itens contratados/adquiridos por meio de aquisição, serão pagos em parcela única no prazo de até 30 dias após entrega da nota fiscal/ fatura devidamente atestada da pelo Secretário Municipal competente e/ou funcionário por ele designado, após o recebimento definitivo do item contratado..

16.1.1 – O prazo de pagamento começará a contar da data da entrega da nota fiscal devidamente atestada no setor de Compras nas condições supracitadas.

16.2 - Em caso de atraso no pagamento por parte da Prefeitura, o valor do montante será atualizado financeiramente, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC (IBGE), desde a data do seu vencimento até o dia do efetivo pagamento, bem como incidirá multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da fatura e juros de mora de



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA – CAPITAL DAS CAVERNAS

Praça Padre Caiaffa, n. 70, Centro, CEP 18330-000, Iporanga-SP

CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta

(15) 3656–9830 | ict@iporanga.sp.gov.br | www.iporanga.sp.gov.br

0,033% (trinta e três milésimos por cento) ao dia de atraso e serão pagas por meio de crédito em conta corrente, mediante Ordem Financeira e apresentação de nota de débito ou fatura.

16.3 - No dever de pagamento pela Administração, a tesouraria observará a ordem cronológica de lançamentos pelo setor contábil para cada fonte diferenciada de recursos.

16.4 - A ordem cronológica referida somente poderá ser alterada, mediante prévia justificativa da autoridade competente e posterior comunicação ao órgão de controle interno da Administração e ao Tribunal de Contas competente, exclusivamente nas seguintes situações:

I - grave perturbação da ordem, situação de emergência ou calamidade pública;

II - pagamento a microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual e sociedade cooperativa, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;

III - pagamento de direitos oriundos de contratos em caso de falência, recuperação judicial ou dissolução da empresa contratada;

IV - pagamento de contrato cujo objeto seja imprescindível para assegurar a integridade do patrimônio público ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, quando demonstrado o risco de descontinuidade da prestação de serviço público de relevância ou o cumprimento da missão institucional.

16.5 - Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços;

16.6 - O gestor do contrato será o responsável pela certificação das Notas Fiscais, bem como liberará a Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela licitante vencedora, todas as condições pactuadas.

17. REAJUSTE

17.1 - Os preços serão fixos e irredutíveis durante todo o período em que o contrato estiver vigente,

18. ASPECTOS CONTRATUAIS

18.1 – Outros aspectos contratuais constam da minuta anexa e do termo de referência, também anexo.

19. DAS ALTERAÇÃO

19.1 - O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - unilateralmente pela Administração:

a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;

b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei 14.133/21;

II - por acordo entre as partes:

a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;

b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA – CAPITAL DAS CAVERNAS

Praça Padre Caiaffa, n. 70, Centro, CEP 18330-000, Iporanga-SP

CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta

(15) 3656-9830 | ict@iporanga.sp.gov.br | www.iporanga.sp.gov.br

c) quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

d) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

19.2 - Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do item 19.1, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

19.3 - As alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do item 19.1 não poderão transfigurar o objeto da contratação.

19.4 - Se o contrato não contemplar preços unitários para obras ou serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no art. 125 da Lei 14.133/21.

19.5 - Nas alterações contratuais para supressão de obras, bens ou serviços, se o contratado já houver adquirido os materiais e os colocado no local dos trabalhos, estes serão pagos pela Administração pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente reajustados, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

19.6 - Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

19.7 - A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

19.7.1. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 da Lei 14.133/21.

19.7.8. Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

19.8 - O prazo para manifestação quanto aos pedidos de reajuste, reequilíbrio e repactuação será de 30 dias, a contar da data de protocolo do requerimento.

19.9 - Caso falem informações e a administração solicite complementação do pedido, o prazo irá reiniciar, a contar da data do novo protocolo com os documentos faltantes.

20 - DO GESTOR E DA FISCALIZAÇÃO

20.1 - Serão designados para a fiscalização da execução da entrega do item (ns), objeto deste contrato, servidores nomeados por **Portaria específica**, ao qual compete o acompanhamento da execução do objeto da presente contratação, informando ao gestor as ocorrências que possam prejudicar o bom andamento do contrato.

20.3 - Não obstante que a contratada seja a única e exclusiva responsável **pelo fornecimento do item contratado**, a Administração reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade,



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA – CAPITAL DAS CAVERNAS

Praça Padre Caiaffa, n. 70, Centro, CEP 18330-000, Iporanga-SP

CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta

(15) 3656-9830 | lt@iporanga.sp.gov.br | www.iporanga.sp.gov.br

exercer a mais ampla e completa fiscalização e acompanhamento sobre a entrega do veículo, da sua conferência e do seu recebimento, por meio de fiscais formalmente designados, podendo para isso:

20.3.1 - Ordenar ao preposto da Contratada a substituição, no prazo de um dia, do empregado da contratada que embarçar ou dificultar a fiscalização;

20.4 - Quando a permanência do empregado na atividade for considerada inconveniente, danosa, ou, ainda, capaz de apresentar riscos aos alunos, a substituição deverá ocorrer imediatamente após a notificação do Município;

20.5 - Comunicar, por escrito, o (a) Gestor (a) do Contrato, sobre falhas ou irregularidades constatadas no fornecimento/prestação do serviço objeto deste Contrato, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias, bem como sobre a aplicação de eventuais penalidades, garantindo-lhe o direito ao contraditório e à ampla defesa;

20.6 – Outras atividades expressamente detalhadas na minuta de contrato;

20.7 - A comunicação entre a fiscalização e a **contratada será sempre por escrito. Quando, por necessidade ou conveniência de serviço, houver entendimentos verbais, estes deverão ser reduzidos a termo, dentro de 05 (cinco) dias;**

20.8 - O não cumprimento das solicitações de documentação ou informações por parte da contratada poderá ensejar sanções.

20.9 - Para assinatura do contrato serão exigidos os documentos relacionados na minuta do edital.

20.10 - A ação da fiscalização não exonera a licitante vencedora de suas responsabilidades contratuais.

20.11 - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa vencedora do certame, pelos danos causados a Administração ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

21 - A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da Administração, não elide nem diminui a responsabilidade da empresa quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, que não implicarão corresponsabilidade da Administração ou do servidor designado para a fiscalização.

22. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE:

22.1 - São obrigações da CONTRATADA, além de outras previstas neste instrumento e minuta contratual anexa:

a) O[a] contratado[a] deverá comprovar ser do ramo da contratação.

b) O[a] contratado[a] deverá comprovar sua regularidade jurídica, fiscal e trabalhista, na forma da Lei.

c) Executar plenamente o objeto do presente contrato e seu termo de referência;

d) No valor, a empresa deverá considerar todas as despesas diretas e indiretas que venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as tributárias e encargos sociais de seus colaboradores.

22.2 - SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE, ALÉM DE OUTRAS PREVISTAS NESTE INSTRUMENTO:

a) efetuar o devido pagamento a CONTRATADA em parcela mensal no prazo de até 30 dias após entrega a fatura devidamente atestada pelo gestor e fiscal do contrato acompanhada dos referidos relatórios, se necessário para trazer melhor transparência ao processo de execução contratual.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA – CAPITAL DAS CAVERNAS

Praça Padre Caiaffa, n. 70, Centro, CEP 18330-000, Iporanga-SP

CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta

(15) 3656-9830 | lct@iporanga.sp.gov.br | www.iporanga.sp.gov.br

b) a fatura supracitada deverá ser apresentada ao setor de compras/contabilidade dentro do **prazo máximo de 03 dias** a contar da data de sua emissão, para que seja incluso na ordem cronológica, obedecendo assim ao prazo supracitado.

c) as faturas/ notas deverão ser enviadas na Secretaria Municipal de administração e uma cópia poderá ser enviada no e-mail compras@iporanga.sp.gov.br.

d) Se colocar à disposição através do seu gestor e fiscal, ou funcionário devidamente designado, para prestar todo tipo de esclarecimento que a CONTRATADA precisar para a perfeita execução do objeto licitado.

23. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

a) Objeto da presente licitação deverá seguir os requisitos mínimos constantes no Termo de Referência, bem como no Estudo Técnico Preliminar, sendo que os itens/ objeto da licitação deverão ser fornecidos com excelente qualidade e os itens a serem substituídos (se necessário) deverão ser de primeira qualidade.

b) O Termo de Referência e Estudo Técnico preliminar são peças que compõem o anexo do presente edital de pregão eletrônico, e nele estão contidas todas as informações mínimas e necessárias sobre a forma de entrega do objeto licitado.

24. DAS PENALIDADES E MULTAS

24.1 - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o licitante/adjudicatário que:

24.1.1 - dar causa à inexecução parcial do contrato;

24.1.2 - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

24.1.3 - dar causa à inexecução total do contrato;

24.1.4 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

24.1.5 - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

24.1.6 - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

24.1.7 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

24.1.8 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

24.1.9 - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

24.1.10 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

24.1.11 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

24.1.12 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

24.2 - Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA – CAPITAL DAS CAVERNAS

Praça Padre Caiaffa, n. 70, Centro, CEP 18330-000, Iporanga-SP

CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta

(15) 3656-9830 | ict@iporanga.sp.gov.br | www.iporanga.sp.gov.br

24.3 - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções: advertência; multa; impedimento de licitar e contratar; declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

24.4 - Na aplicação das sanções serão considerados:

24.4.1 - a natureza e a gravidade da infração cometida;

24.4.2 - as peculiaridades do caso concreto;

24.4.3 - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

24.4.4 - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

24.4.5 - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

24.6 - A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

24.7 - A sanção prevista da multa, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21.

24.8 - A sanção de impedimento de licitar e contratar, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

24.9 - A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;

24.10 - As sanções de advertência, multa, impedimento de licitar e contratar, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa;

24.11 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

24.12 - A aplicação das sanções advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

25. DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS

25.1 – Nos termos do Art. 164 da Lei 14.133/21, qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA – CAPITAL DAS CAVERNAS

Praça Padre Caiassa, n. 70, Centro, CEP 18330-000, Iporenga-SP

CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta

(15) 3656-9830 | lct@iporenga.sp.gov.br | www.iporenga.sp.gov.br

25.1.1 - As impugnações ao Edital deverão ser dirigidas ao Pregoeiro e protocolizadas no setor de Licitações da Prefeitura de Iporenga, situado na Praça Padre Caiassa, 70, Bairro Alto do Coqueiro, CEP 18.330-000, ou através do e-mail: lct@iporenga.sp.gov.br.

25.1.2 - Caso a licitante estiver impossibilitada de efetuar pessoalmente o protocolo no Setor Oficial de Protocolos da Prefeitura poderá encaminhar via Correios, endereçado ao Setor de Licitações da Prefeitura, que ao receber encaminhará ao setor de Protocolo para as providências, com carta de aviso de recebimento, afim de comprovar o envio da sua manifestação.

25.1.3 - As impugnações também serão aceitas e recebidas quando enviadas através do sistema informatizado junto a plataforma da Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br, em dias úteis, das 08h00 às 17h00, devendo ser juntados todos os documentos que fundamentam tais impugnações.

25.1.4 - A impugnação deverá, obrigatoriamente, estar acompanhada de CPF ou RG, em se tratando de pessoa física, e de CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica (por documento original ou cópia autenticada), bem como do respectivo ato constitutivo e procuração, na hipótese de procurador, que comprove que o signatário, efetivamente, representa e possui poderes de representação da impugnante.

25.1.5 - Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

25.1.6 - Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis requisitantes e pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

25.1.7 - Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

25.1.8 - As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

25.1.9 - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

25.1.10 - Se das consultas ou impugnações resultar a necessidade de modificar o edital, a alteração será divulgada pela mesma forma em que se deu o texto original do instrumento convocatório.

25.2 - A entrega das propostas sem que tenha sido tempestivamente impugnado o edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

25.3 - Qualquer licitante poderá recorrer dos atos praticado pelo Pregoeiro, cuja intenção deverá ser manifestada no final da sessão pública, sob pena de decadência do direito de recorrer.

25.4 - A síntese das razões recursais deverá ser registrada na ata da sessão, cabendo ao Pregoeiro conceder o prazo de três dias úteis para apresentação das razões, ficando os demais, desde logo, intimados a apresentarem contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

25.5 - O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo.

25.6 - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

25.7 - Se não reconsiderar a sua decisão o Pregoeiro submeterá o recurso, devidamente informado, à consideração da autoridade competente, que proferirá decisão definitiva e homologação do procedimento.

25.8 - Os memoriais dos recursos e contrarrazões deverão ser endereçados ao Pregoeiro e protocolados no Setor Oficial de Protocolos desta Prefeitura.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA – CAPITAL DAS CAVERNAS

Praça Padre Caiaffa, n. 70, Centro, CEP 18330-000, Iporanga-SP

CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta

(15) 3656–9830 | lct@iporanga.sp.gov.br | www.iporanga.sp.gov.br

25.8.1 - Caso a licitante estiver impossibilitada de efetuar pessoalmente o protocolo no Setor Oficial de Protocolos da Prefeitura poderá encaminhar via Correios, endereçado ao Setor de Licitações da Prefeitura, que ao receber encaminhará ao setor de Protocolo para as providências, com carta de aviso de recebimento, a fim de comprovar o envio da sua manifestação.

25.8.2 – Os memoriais dos recursos e contrarrazões também serão aceitos e recebidos quando enviados através do sistema informatizado da plataforma da Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br devendo ser juntados todos os documentos que fundamentam tais recursos.

25.9 – Os autos permanecerão desde logo com vistas franqueada aos interessados no mesmo local indicado no item anterior.

26 DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

26.1 - Fica assegurado a Prefeitura do Município de Iporanga-SP, o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

26.2 - A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

26.3 - Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

26.4 - A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

26.5 - A nulidade da contratação opera efeitos retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

26.6 - Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

26.7 - A revogação ou anulação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

26.8 - A autoridade competente para anular ou revogar a licitação é o Prefeito Municipal de Iporanga-SP.

27 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

• **ÓRGÃO: 02 - Prefeitura Municipal – FICHA 195- RESERVA 32– RECURSO TIPO 02- ESTADUAL**

28 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

28.1 - O Pregoeiro poderá convocar servidores qualificados do Órgão, para oferecer suporte técnico e/ou jurídico às decisões da Comissão independente da equipe de apoio;

28.2 - As modificações ocorridas neste Edital, obedecerão ao disposto no parágrafo 1º, do Art.55 da Lei nº 14.133/21.

28.3- Cada licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, sendo-lhe exigível, ainda, em qualquer época ou oportunidade, a apresentação de outros documentos ou informações complementares que o Pregoeiro porventura julgar necessário.

28.4 - A participação nesta licitação implica na aceitação integral e irretratável das normas deste Edital e seu Termo de Referência, no Anexo I, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares que a regem.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA – CAPITAL DAS CAVERNAS

Praça Padre Caiaffa, n. 70, Centro, CEP 18330-000, Iporanga-SP

CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta

(15) 3656–9830 | lc@iporanga.sp.gov.br | www.iporanga.sp.gov.br

28.5 - É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, em especial quanto à veracidade das declarações feitas ou apresentadas em razão do cumprimento das exigências deste Edital e seu Termo de Referência, no Anexo I.

28.6 - Os documentos da habilitação dos que forem excluídos do certame, ficarão em poder da Prefeitura.

28.7 - À autoridade competente reserva-se o direito de revogar, anular, suspender ou adiar a presente licitação, por razões de interesse público ou por decorrência de fato superveniente comprovado, e anular no todo ou em parte, resguardando-se o direito de defesa no prazo de dois dias úteis, consoante prevê o artigo 165 da Lei nº 14.133/21, bem como, transferir a data de abertura, sem que isso caiba à licitante, direito a indenização, seja a que título for.

28.8 - A Prefeitura poderá anular o certame, por vício de legalidade, ou revogá-lo, por motivo de conveniência e oportunidade em razão de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

28.9 - Os casos omissos no presente Edital serão resolvidos pelo Pregoeiro, com fundamento nas disposições da legislação em vigor.

28.10 - Os atos relativos às repostas de impugnações e recursos, e resultado da licitação serão publicados no Diário Oficial do Município de Iporanga- SP no endereço eletrônico: www.iporanga.sp.gov.br bem como na plataforma da Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br

28.11 - Fica eleito o foro da Comarca de Eldorado-SP, sendo excluído qualquer outro por mais privilegiado que seja.

28.12 - . **Anexos.** Integram o presente Edital:

Anexo I – Termo de Referência

Anexo Ia- Estudo Técnico Preliminar (ETP);

Anexo II – Modelo de planilha de proposta (Esses anexos constam em arquivos separados);

Anexo III – Minuta de Termo de Contrato;

Anexo IV – Modelos de Declarações (as declarações poderão ser apresentadas de forma **unificada** desde que fique devidamente demonstrado o pleno atendimento do conteúdo exigido)

Iporanga-SP, 08 de maio de 2024.

ALESSANDRO MENDES RODRIGUES
Prefeito do Município de Iporanga



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA – CAPITAL DAS CAVERNAS

Praça Padre Caiaffa, n. 70, Centro, CEP 18330-000, Iporanga-SP

CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta

(15) 3656–9830 | lct@iporanga.sp.gov.br | www.iporanga.sp.gov.br

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. JUTIFICATIVA:

A Secretaria Municipal de Saúde de Iporanga/SP, com intuito de atender a Demanda da Emenda Proposta nº 2024.021.55026, e os Usuários do SUS(Sistema Único de Saúde).

A aquisição de uma ambulância é crucial para fortalecer o atendimento de saúde em Iporanga. Com uma ambulância equipada, garantimos socorro rápido e de qualidade em situações de emergência, melhorando a qualidade de vida da comunidade. Além disso, seguimos as normativas legais, assegurando um transporte seguro e eficiente para os pacientes. Investir na saúde pública é prioritário, e essa aquisição reflete nosso compromisso com o bem-estar dos municípios.

Diante disso fica clara a importância e a necessidade da elaboração do Termo de Referência para a aquisição da ambulância e contratações correlatas, visando fortalecer o sistema de saúde e garantir o bem-estar da população de Iporanga.

Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2. OBJETO: O Objeto deste procedimento é a:

- 2.1. Contratação de empresa de AQUISIÇÃO DE VEÍCULO MODELO FURGÃO OU PICK-UP, TIPO AMBULANCIA TIPO “A”, ZERO KM, ESTAR EM CONFORMIDADE COM TODAS AS NORMAS E LEGISLAÇÕES VIGENTES NO BRASIL, ESPECIALMENTE AS ESTABELECIDAS PELO CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN) E PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE, PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE IPORANGA/SP, EM CONFORMIDADE COM A LEI 14.133/2023, QUE REGULA AS COMPRAS PÚBLICAS, conforme especificações e quantidades estabelecidas abaixo:**

ITEM	PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	AQUISIÇÃO DE VEICULO MODELO FURGÃO OU PICK-UP, TIPO AMBULANCIA TIPO “A”, ZERO KM, ANO/MODELO 2024/2024, MOTORIZAÇÃO MINIMA 1.3 FLEX, POTÊNCIA	UN	01



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA – CAPITAL DAS CAVERNAS

Praça Padre Caiaffa, n. 70, Centro, CEP 18330-000, Iporanga-SP

CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta

(15) 3656–9830 | lct@iporanga.sp.gov.br | www.iporanga.sp.gov.br

	<p>DE 85cv, COM FREIO (ABS) NAS 4 RODAS, TANQUE DE COMBUSTIVEL: CAPACIDADE MINIMA DE 55 LITROS; ESTAR EM CONFORMIDADE COM TODAS AS NORMAS E LEGISLAÇÕES VIGENTES NO BRASIL, ESPECIALMENTE AS ESTABELECIDAS PELO CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN) E PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE, DEVE POSSUIR CAPACIDADE MÍNIMA PARA O TRANSPORTE DE UM PACIENTE EM MACA E DOIS ACOMPANHANTES, ALÉM DO MOTORISTA E DO PASSAGEIRO, O VEÍCULO DEVE SER ADAPTADO PARA O TRANSPORTE SEGURO DE PACIENTES EM MACA, COM SISTEMA DE FIXAÇÃO E TRAVAMENTO ADEQUADOS; DEVERÁ SER EQUIPADA COM SISTEMA DE SINALIZAÇÃO VISUAL E SONORA DE EMERGÊNCIA, CONFORME PADRÕES ESTABELECIDOS PELAS NORMATIVAS DE TRÂNSITO, INCLUINDO SIRENE, GIROFLEX, E DISPOSITIVOS DE ILUMINAÇÃO INTERMITENTE; DEVERÁ CONTAR COM SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO QUE GARANTA O CONFORTO TÉRMICO DOS PACIENTES E EQUIPE MÉDICA EM TODAS AS CONDIÇÕES CLIMÁTICAS; EQUIPAMENTOS MÉDICOS BÁSICOS DEVEM ESTAR INCLUSOS, TAIS COMO SUPORTE PARA SORO, PRATELEIRAS PARA ARMAZENAMENTO DE MATERIAIS E MEDICAMENTOS, E SISTEMA DE OXIGÊNIO COM CILINDRO E FLUXÔMETRO; A AMBULÂNCIA DEVE SER DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO E MANUTENÇÃO, COM REVESTIMENTOS INTERNOS RESISTENTES E DE QUALIDADE.</p>		
--	---	--	--

3. DAS ESPECIFICAÇÕES E CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO:



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA – CAPITAL DAS CAVERNAS

Praça Padre Caiaffa, n. 70, Centro, CEP 18330-000, Iporanga-SP

CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta

(15) 3656-9830 | lct@iporanga.sp.gov.br | www.iporanga.sp.gov.br

- O prazo de vigência e execução do contrato será de 12 (Doze) meses, contado a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo com fundamento na Lei de Licitações e Contratos 14.133/2021;
- O prazo de Entrega do Veículo é de 60 (Sessenta) dias
- O Veículo deverá estar em perfeito estado de operacionalidade e adequado para o uso conforme especificado neste Termo.
- O Equipamento/Materiais Permanente (Veículo Automotor) será entregue de forma **UNICA**, no local determinados pela Secretaria Municipal de Saúde.
- O Veículo Automotor deverá ser entregue de forma **UNICA** no seguinte endereço:

Local e Horário
Local: UBS Dr THOMAZ ANTÔNIO CUNHA CARDOSO, Sito a Av. Iporanga, nº 449, Centro, Iporanga/SP, CEP 18.330-000
Horária : das 08h00min às 11h00min e das 13h30min às 16h30min

- Cumprido as formalidades a Autoridade Competente atestará as Notas Fiscais através de aposição de carimbo e assinatura e as encaminhará a Prefeitura para pagamento.

4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- Fornecer a ambulância tipo "A", conforme as especificações técnicas estabelecidas no contrato e no Termo de Referência;
- Garantir que a ambulância seja entregue em perfeitas condições de funcionamento e com todos os equipamentos médicos necessários instalados e em pleno funcionamento;
- Realizar a manutenção preventiva e corretiva da ambulância durante o período estabelecido no contrato, conforme as normas e regulamentações vigentes;
- A CONTRATADA será a única responsável por danos e prejuízos, de qualquer natureza, causada a CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste Termo de Referência, isentando a CONTRATANTE de todas as reclamações que porventura possam surgir, ainda que tais reclamações sejam resultantes de atos dos seus prepostos ou de quaisquer pessoas físicas ou jurídicas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA – CAPITAL DAS CAVERNAS

Praça Padre Caiaffa, n. 70, Centro, CEP 18330-000, Iporanga-SP

CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta

(15) 3656-9830 | lct@iporanga.sp.gov.br | www.iporanga.sp.gov.br

- A CONTRATADA se responsabiliza por todas as despesas decorrentes do objeto deste Termo de Referência;
- Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da CONTRATANTE;
- Acatar todas as orientações da CONTRATANTE, emanadas pelo fiscal do contrato, sujeitando-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- Manter, durante a Aquisição do objeto deste Termo de Referência, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- Cumprir os horários de entrega do objeto deste Termo de Referência estabelecidos pela CONTRATANTE;
- Possuir certificação digital do CNPJ da empresa, para assinatura do contrato;
- Disponibilizar assistência técnica especializada, com prontidão para atender às demandas de reparo e substituição de peças quando necessário;
- Manter registros detalhados de todas as intervenções realizadas na ambulância, incluindo manutenções, reparos, substituições de peças e treinamentos realizados;
- Zelar pela integridade da ambulância e dos equipamentos médicos embarcados, adotando todas as medidas necessárias para evitar danos, furto ou vandalismo;
- Prestar os serviços de forma diligente, eficiente e responsável, buscando sempre a satisfação do contratante e o atendimento das necessidades da população de Iporanga;

Estas obrigações são parte integrante do contrato a ser firmado entre a contratada e a Secretaria Municipal de Saúde de Iporanga, visando garantir a qualidade e a eficiência dos serviços prestados.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- Observar as leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto deste Termo;
- Responsabilizar-se pela lavratura do respectivo contrato ou instrumento equivalente, com base nas disposições da Lei nº. 14.133/2021 e suas alterações;
- Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues fora das especificações deste Termo de Referência.
- Receber os produtos de acordo com as disposições deste Termo



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA – CAPITAL DAS CAVERNAS

Praça Padre Caiaffa, n. 70, Centro, CEP 18330-000, Iporanga-SP

CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta

(15) 3656–9830 | ict@iporanga.sp.gov.br | www.iporanga.sp.gov.br

- Prestar quaisquer esclarecimentos que venham ser formalmente solicitados pela Contratada e pertinente ao objeto;
- Zelar para que durante a vigência do contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas por parte da Contratada;
- Notificar a contratada, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução do contrato, fixando prazo para sua correção;
- Acompanhar, fiscalizar e avaliar os Aquisição pela CONTRATADA, por intermédio de servidor designado (como esta no Estudo Técnico Preliminar)

6. RECURSOS FINANCEIROS:

EXERCÍCIO 2024

02. PREFEITURA MUNICIPAL

02.04 SECRETARIA MUN. DE SAUDE

4.4.90.52. EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES –FONTE 2 (Estadual)

FICHAS 195

7. PAGAMENTO:

- O pagamento será realizado no prazo em até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA – CAPITAL DAS CAVERNAS

Praça Padre Caiaffa, n. 70, Centro, CEP 18330-000, Iporanga-SP

CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta

(15) 3656-9830 | ict@iporanga.sp.gov.br | www.iporanga.sp.gov.br

pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8. PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

- Serão aplicadas à CONTRATADA, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as penalidades conforme a seguir:
- Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela empresa, a esta será aplicada multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor do contrato ou instrumento equivalente, por dia de atraso, limitada a 10% (dez por cento) do valor inadimplido;
- O valor da multa aplicada, tanto compensatória quanto moratória, deverá ser recolhido a Secretaria municipal de Finanças e Administração da Prefeitura Municipal de Iporenga/SP, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis após a respectiva notificação.
- Caso não seja paga no prazo previsto no subitem anterior, a multa será descontada por ocasião do pagamento posterior a ser efetuado pela municipal de Finanças e Administração ou cobrada judicialmente.
- Além das penalidades citadas, a empresa ficará sujeita, ainda, no que couber, às demais penalidades referidas no Art. 25 §4, Art. 88 §3, Art. 90 §5, Art 92 – XIV da Lei nº 14.133/2021.

9. DECLARAÇÃO DO SOLICITANTE

- Declaramos que este Termo de Referência está de acordo com a Lei nº 14.133/2021, e legislação em vigor.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA – CAPITAL DAS CAVERNAS

Praça Padre Caiaffa, n. 70, Centro, CEP 18330-000, Iporanga-SP

CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta

(15) 3656-9830 | lct@iporanga.sp.gov.br | www.iporanga.sp.gov.br

ANEXO Ia -

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Objeto da Licitação: ESTE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR TEM COMO OBJETIVO FORNECER EMBASAMENTO PARA A REALIZAÇÃO DE UM PREGÃO ELETRÔNICO, MODALIDADE DE LICITAÇÃO PREVISTA NA LEI 14.133/2021, PARA A AQUISIÇÃO DE VEÍCULO MODELO FURGÃO OU PICK-UP, TIPO AMBULANCIA TIPO “A”, ZERO KM, ESTAR EM CONFORMIDADE COM TODAS AS NORMAS E LEGISLAÇÕES VIGENTES NO BRASIL, ESPECIALMENTE AS ESTABELECIDAS PELO CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN) E PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE, PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE IPORANGA/SP, EM CONFORMIDADE COM A LEI 14.133/2023, QUE REGULA AS COMPRAS PÚBLICAS.

Referência: Lei Federal nº14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

Instrução Normativa nº 02/2008 do Ministério da Saúde- Estabelece as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) em todo o território nacional, podendo conter especificações técnicas relevantes para a ambulância; **Normativas do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN)-** Referentes à regulamentação do transporte de pacientes em ambulâncias, bem como às normas de sinalização e equipamentos obrigatórios.

INTRODUÇÃO:

O presente estudo técnico preliminar visa subsidiar o processo de aquisição de um veículo tipo ambulância para atender às demandas emergenciais e de urgência da Secretaria Municipal de Saúde de Iporanga/SP. Tal iniciativa é motivada pela contemplação do município com a Emenda Parlamentar nº 2024.021.55026, gentilmente enviada pelo Deputado Estadual Carlos Giannazi.



A referida emenda, fruto do comprometimento do Deputado Estadual com a melhoria dos serviços de saúde em nosso município, representa um importante recurso financeiro destinado à aquisição de equipamentos essenciais para o fortalecimento do sistema de atendimento médico de emergência.

Considerando a necessidade premente de modernização e ampliação da frota de ambulâncias do município, este estudo técnico tem como objetivo principal analisar as especificações técnicas necessárias para a aquisição de um veículo que atenda aos padrões de segurança, conforto e eficiência exigidos para o transporte adequado de pacientes em situações de urgência e emergência.

Dessa forma, este documento fornecerá subsídios fundamentais para a elaboração do termo de referência e demais etapas do processo licitatório, assegurando a escolha do veículo mais adequado às necessidades da população e em conformidade com as normativas legais vigentes.

Por meio deste estudo técnico preliminar, almejamos contribuir para a efetivação de uma aquisição transparente, eficiente e que resulte em benefícios diretos para a saúde e bem-estar dos cidadãos de Iporanga.

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:

A necessidade premente de adquirir um veículo tipo ambulância para a Secretaria Municipal de Saúde de Iporanga/SP é fundamentada na urgência de prover um serviço de transporte médico ágil, seguro e eficaz para atender às demandas de urgência e emergência da população.

1. **Atendimento Emergencial:** A ambulância desempenha um papel crucial no atendimento a pacientes em situações de urgência, possibilitando o transporte rápido e seguro para unidades de saúde adequadas, onde possam receber tratamento especializado.
2. **Ampliação da Frota:** A atualização e ampliação da frota de ambulâncias são essenciais para garantir a cobertura de toda a área geográfica do município, possibilitando um atendimento mais abrangente e eficiente, especialmente em áreas remotas ou de difícil acesso.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA – CAPITAL DAS CAVERNAS

Praça Padre Caiaffa, n. 70, Centro, CEP 18330-000, Iporanga-SP

CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta

(15) 3656-9830 | ict@iporanga.sp.gov.br | www.iporanga.sp.gov.br

3. **Atendimento de Pacientes e Equitativo:** A disponibilidade de ambulâncias em bom estado de conservação e equipadas adequadamente é um direito fundamental dos cidadãos, garantindo um atendimento de saúde universal, equitativo e de qualidade a todos, independentemente de sua localização geográfica ou condição socioeconômica. Diante dessas considerações, torna-se evidente a necessidade imediata de adquirir um veículo tipo ambulância que atenda aos mais elevados padrões de qualidade e segurança, assegurando assim a prestação de um serviço de transporte médico eficiente e humanizado à população de Iporanga.

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

Para garantir a eficácia e a adequação da contratação de um veículo tipo ambulância para a Secretaria Municipal de Saúde de Iporanga/SP, é imprescindível estabelecer requisitos específicos que atendam às necessidades técnicas e operacionais do serviço. Os requisitos da contratação são os seguintes:

- 1. Especificação Técnica do Veículo:** O veículo deve ser classificado como ambulância tipo "A", conforme as normas e regulamentações estabelecidas pelo Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) e pelo Ministério da Saúde.
Deve possuir capacidade adequada para o transporte de um paciente em maca, além de espaço para a equipe médica e acompanhantes.
Deverá ser equipado com todos os dispositivos de sinalização visual e sonora de emergência, incluindo sirene, giroflex, e dispositivos de iluminação intermitente.
- 2. Equipamentos Médicos e de Segurança:** Deverá estar equipado com os dispositivos médicos básicos necessários para o atendimento pré-hospitalar, incluindo suporte para soro, prateleiras para armazenamento de materiais e medicamentos, e sistema de oxigênio com cilindro e fluxômetro.
Deve possuir sistema de climatização que garanta o conforto térmico dos pacientes e equipe médica em todas as condições climáticas.
- 3. Manutenção e Assistência Técnica:** O fornecedor deve oferecer garantia mínima para o veículo e seus componentes, bem como disponibilizar assistência técnica especializada durante o período de garantia e após o término deste.
Deve ser assegurada a disponibilidade de peças de reposição e mão de obra qualificada para manutenção preventiva e corretiva do veículo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA – CAPITAL DAS CAVERNAS

Praça Padre Caiaffa, n. 70, Centro, CEP 18330-000, Iporanga-SP

CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta

(15) 3656-9830 | lct@iporanga.sp.gov.br | www.iporanga.sp.gov.br

4. Prazo de Entrega: O veículo deverá ser entregue dentro do prazo estipulado no contrato, levando-se em consideração a urgência da necessidade do município.

5. Preço e Condições de Pagamento: O preço ofertado deve ser competitivo e estar de acordo com o valor de mercado para veículos similares.

Devem ser estabelecidas condições de pagamento compatíveis com a disponibilidade financeira do município, podendo incluir parcelamento e/ou formas de financiamento.

6. Documentação Exigida: Os licitantes devem apresentar documentação que comprove a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da empresa, bem como a capacidade técnica para fornecer e prestar assistência técnica ao veículo ofertado.

Ao estabelecer esses requisitos, busca-se garantir que a contratação do veículo tipo ambulância seja realizada de forma transparente, eficiente e em conformidade com as normativas legais e técnicas aplicáveis, visando sempre à prestação de um serviço de saúde de qualidade à população de Iporanga.

LEVANTAMENTO DE MERCADO:

A Pesquisa de preços realizada neste E.T.P (Estudo Técnico Preliminar) utilizou os parâmetros do Inciso III, do Art. 5º da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 73, DE 5 DE AGOSTO DE 2020.

- III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório, contendo a data e hora de acesso; ou

Em Anexo (Anexo II) o levantamento de Mercado, com as 3 Proposta de preços.

Cotação nº 136/2024

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

A solução proposta para a aquisição de um veículo tipo ambulância para a Secretaria Municipal de Saúde de [Inserir Nome do Município] visa atender às necessidades emergenciais e de urgência da população, garantindo um transporte médico seguro, eficiente e humanizado. A solução abrange os seguintes aspectos:

- 1. Veículo Tipo Ambulancia:** O veículo a ser adquirido será uma ambulância tipo "A", em conformidade com as normas e regulamentações estabelecidas pelo CONTRAN e pelo



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA – CAPITAL DAS CAVERNAS

Praça Padre Caiaffa, n. 70, Centro, CEP 18330-000, Iporanga-SP

CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta

(15) 3656-9830 | lct@iporanga.sp.gov.br | www.iporanga.sp.gov.br

Ministério da Saúde. O veículo será equipado com dispositivos de sinalização visual e sonora de emergência, sistema de climatização, e todos os equipamentos médicos necessários para o atendimento pré-hospitalar.

2. **Modernização Tecnológica:** A ambulância será dotada de tecnologia de ponta para garantir um atendimento mais eficiente e seguro, incluindo sistemas de comunicação avançados, rastreamento por GPS e dispositivos de segurança para o paciente e a equipe médica.
3. **Capacitação da Equipe:** Será realizado um programa de capacitação para os profissionais de saúde responsáveis pelo uso e operação da nova ambulância, garantindo o correto manuseio dos equipamentos e a prestação de um atendimento de qualidade aos pacientes.
4. **Manutenção Preventiva e Corretiva:** Será estabelecido um plano de manutenção preventiva e corretiva para garantir a durabilidade e o bom funcionamento da ambulância ao longo do tempo, incluindo a disponibilidade de peças de reposição e assistência técnica especializada.
5. **Integração com o Sistema de Saúde:** A nova ambulância será integrada ao sistema de saúde do município, estabelecendo protocolos de comunicação e atuação em conjunto com as unidades de atendimento de urgência e emergência, como hospitais, pronto-socorro e postos de saúde.
6. **Monitoramento e Avaliação:** Será implementado um sistema de monitoramento e avaliação do serviço de transporte médico prestado pela ambulância, visando a identificação de eventuais pontos de melhoria e a garantia da qualidade e eficácia do serviço oferecido à população.

Por meio dessa solução global, busca-se não apenas a aquisição de um veículo tipo ambulância, mas sim a implementação de um serviço de transporte médico completo e eficiente, que contribua para a promoção da saúde e o bem-estar comunidade.

ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES:

Considerando as demandas de transporte médico emergencial e de urgência da população atendida pela Secretaria Municipal de Saúde do município de Iporanga, estima-se a necessidade de aquisição de 1 (um) veículo tipo ambulância.

Em virtude da Emenda Parlamentar nº 2024.021.55026, gentilmente destinada ao município de Iporanga pelo Deputado Estadual Carlos Giannazi, no valor de R\$ 200.000,00, estima-se a aquisição de 1 (um) veículo tipo ambulância para fortalecer o sistema de saúde local.

Considerando o montante disponibilizado por meio da referida emenda, e levando em conta os custos médios de aquisição de um veículo tipo ambulância, bem como os recursos necessários para sua devida equipagem e adaptação às normativas vigentes, conclui-se que o valor disponível é suficiente para a aquisição de 1 (um) veículo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA – CAPITAL DAS CAVERNAS

Praça Padre Caiaffa, n. 70, Centro, CEP 18330-000, Iporanga-SP

CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta

(15) 3656-9830 | ict@iporanga.sp.gov.br | www.iporanga.sp.gov.br

Portanto, com base na disponibilidade financeira proporcionada pela Emenda nº 2024.021.55026, estima-se que a quantidade de veículos a ser adquirida para a Secretaria Municipal de Saúde de Iporanga seja de 1 (um), garantindo assim o atendimento às demandas de transporte médico emergencial e de urgência da comunidade, de forma eficiente e dentro dos padrões de qualidade estabelecidos.

ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO:

Considerando os requisitos técnicos e operacionais estabelecidos para a aquisição de 1 (um) veículo tipo ambulância para a Secretaria Municipal de Saúde de Iporanga, é essencial realizar uma estimativa do preço da contratação.

1. **Custo do Veículo:** O preço do veículo tipo ambulância pode variar de acordo com a marca, modelo, configurações específicas e fornecedor escolhido. Portanto, é importante realizar pesquisas de mercado para determinar o custo aproximado do veículo que atenda às necessidades da secretaria de saúde.
2. **Equipamentos e Adaptações:** Além do custo básico do veículo, é necessário considerar o valor dos equipamentos médicos e das adaptações necessárias para transformá-lo em uma ambulância adequada para transporte de pacientes em situações de emergência. Isso inclui itens como macas, sistemas de oxigênio, suportes para soro, entre outros.
3. **Despesas Adicionais:** Também é importante considerar despesas adicionais, como impostos, taxas de registro, custos de transporte, seguro e eventuais custos de manutenção inicial. Esses custos podem variar de acordo com a localização do fornecedor, políticas fiscais locais e outros fatores.

Portanto, a estimativa do preço da contratação para a aquisição da ambulância deve levar em conta não apenas o custo do veículo em si, mas também todos os custos adicionais associados à sua aquisição, garantindo assim uma previsão precisa do investimento necessário para atender às demandas de transporte médico emergencial e de urgência da população de Iporanga.

Valor Estimado pela Aquisição do Veículo Ambulância: R\$ 212.250,00 (Duzentos e Doze Mil e Duzentos e Cinquenta Reais)



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA – CAPITAL DAS CAVERNAS

Praça Padre Caiaffa, n. 70, Centro, CEP 18330-000, Iporanga-SP

CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta

(15) 3656–9830 | 1ct@iporanga.sp.gov.br | www.iporanga.sp.gov.br

JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO:

Não há.

CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES:

Além da aquisição do veículo tipo ambulância, há uma série de contratações correlatas e interdependentes que são essenciais para garantir o funcionamento adequado do serviço de transporte médico emergencial e de urgência. Estas incluem:

1. **Contratação de Serviços de Manutenção e Assistência Técnica:** Para garantir a operacionalidade contínua da ambulância ao longo do tempo, é necessário contratar serviços de manutenção preventiva e corretiva, bem como assistência técnica especializada. Isso inclui a manutenção regular do veículo, assim como a verificação e reparo dos equipamentos médicos embarcados.
2. **Aquisição de Equipamentos Médicos e Suprimentos:** Além dos equipamentos médicos básicos já inclusos na ambulância, pode ser necessário adquirir suprimentos adicionais, como medicamentos, materiais de primeiros socorros, e outros itens essenciais para o atendimento de emergência. Essas contratações garantem que a ambulância esteja sempre abastecida e pronta para qualquer eventualidade.
3. **Contratação (ou Aditamento) Seguro:** Para proteger o investimento realizado na ambulância e garantir a segurança financeira do município em caso de acidentes ou danos ao veículo, é necessário contratar um seguro abrangente que cubra todos os aspectos relacionados à sua operação.

Portanto, as contratações correlatas e interdependentes são fundamentais para garantir o funcionamento eficiente e seguro do serviço de transporte médico emergencial e de urgência oferecido pela Secretaria Municipal de Saúde de Iporanga. Ao realizar essas contratações de forma integrada e coordenada, o município pode garantir a prestação de um serviço de saúde de qualidade e acessível a toda a comunidade.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS:

A aquisição do veículo tipo ambulância e as contratações correlatas visam alcançar uma série de resultados que contribuirão significativamente para a melhoria do serviço de saúde e o bem-estar da população de Iporanga. Os resultados pretendidos incluem:



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA – CAPITAL DAS CAVERNAS

Praça Padre Caiaffa, n. 70, Centro, CEP 18330-000, Iporanga-SP

CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta

(15) 3656-9830 | ict@iporanga.sp.gov.br | www.iporanga.sp.gov.br

- 1. Melhoria do Atendimento Emergencial:** Com a disponibilidade de uma ambulância devidamente equipada e operacional, espera-se uma melhoria significativa no atendimento de pacientes em situações de emergência, garantindo o transporte rápido e seguro para unidades de saúde adequadas.
- 2. Aumento da Cobertura e Acessibilidade:** A ampliação da frota de ambulâncias e a contratação de serviços correlatos possibilitarão uma maior cobertura geográfica do município, garantindo o acesso a serviços de saúde de qualidade mesmo em áreas remotas ou de difícil acesso.
- 3. Aumento da Segurança dos Pacientes e Profissionais:** A ambulância equipada com os dispositivos de segurança e os equipamentos médicos necessários garantirá um transporte seguro e confortável tanto para os pacientes quanto para a equipe médica, reduzindo os riscos de complicações durante o transporte.
- 4. Otimização dos Recursos de Saúde:** Ao garantir um transporte médico eficiente e oportuno, espera-se uma melhor utilização dos recursos de saúde do município, evitando a sobrecarga de unidades de emergência e reduzindo os custos associados ao tratamento de complicações decorrentes de atrasos no atendimento.
- 5. Fortalecimento do Sistema de Saúde Local:** O investimento na aquisição de uma ambulância e nas contratações correlatas demonstra o compromisso do município com a melhoria do sistema de saúde local, fortalecendo a capacidade de resposta a situações de emergência e contribuindo para a promoção do bem-estar da comunidade como um todo.

Portanto, os resultados pretendidos demonstram o impacto positivo que a aquisição da ambulância e as contratações correlatas terão na prestação de serviços de saúde de qualidade e acessíveis à população de Iporanga, melhorando significativamente a capacidade de resposta a situações de emergência e urgência.

PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO:



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA – CAPITAL DAS CAVERNAS

Praça Padre Caiaffa, n. 70, Centro, CEP 18330-000, Iporanga-SP

CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta

(15) 3656–9830 | ict@iporanga.sp.gov.br | www.iporanga.sp.gov.br

Antes de formalizar o contrato para a aquisição da ambulância e contratações correlatas, algumas providências são necessárias para garantir a eficácia e conformidade do processo.

As principais providências prévias incluem:

- **Elaboração de Termo de Referência:** Deve-se elaborar um Termo de Referência detalhado, descrevendo as especificações técnicas do veículo, os equipamentos médicos necessários, as condições de entrega, os prazos de pagamento e demais condições contratuais. Esse documento servirá como base para o processo licitatório.
- **Realização de Pesquisa de Mercado:** É fundamental realizar uma pesquisa de mercado para identificar os fornecedores e produtos disponíveis, bem como os preços praticados no mercado. Isso ajudará na definição de um preço justo e na seleção do fornecedor mais adequado.
- **Consulta aos Órgãos de Controle Interno:** Antes de iniciar o processo licitatório, é importante consultar os órgãos de controle interno do município para verificar se há alguma restrição ou recomendação específica a ser considerada na contratação.
- **Aprovação Orçamentária:** Deve-se garantir que os recursos financeiros necessários para a contratação estejam previstos no orçamento do município e que haja disponibilidade para realizar os pagamentos conforme as condições estabelecidas.
- **Análise da Legislação Pertinente:** Deve-se realizar uma análise detalhada da legislação aplicável, incluindo as normas de licitações e contratos administrativos, as regulamentações específicas do setor de saúde, e demais normativas pertinentes.
- **Definição da Modalidade de Licitação:** Com base nas características da contratação, deve-se definir a modalidade de licitação mais adequada, considerando a complexidade do objeto, o valor estimado da contratação e as normas legais vigentes.
- **Preparação de Documentação:** Deve-se preparar toda a documentação necessária para a realização do processo licitatório, incluindo o edital, os anexos, os modelos de contrato, e demais documentos exigidos pela legislação.

Ao tomar essas providências prévias ao contrato, o município de Iporanga estará assegurando a transparência, legalidade e eficiência do processo de aquisição da ambulância e contratações correlatas, contribuindo para a melhoria do serviço de saúde oferecido à população local.

O Gestor da referida Contratação e a fiscalização é de responsabilidade dos funcionários listados a seguir que forma designados para tal função:

NOME	FUNÇÃO	DECRETO ou PORTARIA
HELIO RODRIGUES LOPES	SECRETARIO MUNICIPAL DA SAÚDE	



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA – CAPITAL DAS CAVERNAS

Praça Padre Caiaffa, n. 70, Centro, CEP 18330-000, Iporanga-SP

CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta

(15) 3656–9830 | ict@iporanga.sp.gov.br | www.iporanga.sp.gov.br

A Aquisição da Ambulância Tipo “A” deverá ser entregue na:

Local e Horário
Local: UBS Dr THOMAZ ANTÔNIO CUNHA CARDOSO, Sito a Av. Iporeanga, nº 449, Centro, Iporeanga/SP, CEP 18.330-000
Horária : das 08h00min às 11h00min e das 13h30min às 16h30min

IMPACTOS AMBIENTAIS

A aquisição de uma ambulância e as contratações correlatas podem ter impactos ambientais significativos, tanto durante o processo de fabricação e operação do veículo quanto no descarte de resíduos e materiais relacionados. Alguns dos principais impactos ambientais incluem:

- 1. Emissões de Gases de Escape:** O funcionamento da ambulância pode resultar na emissão de gases poluentes, como dióxido de carbono (CO₂), óxidos de nitrogênio (NO_x) e partículas, contribuindo para a poluição do ar e o aquecimento global.
- 2. Consumo de Combustível:** O uso regular da ambulância implica no consumo de combustível fóssil, contribuindo para a demanda por recursos não renováveis e a emissão de gases de efeito estufa.
- 3. Descarte de Materiais e Equipamentos:** Durante a vida útil da ambulância, pode haver a necessidade de descarte de materiais e equipamentos obsoletos ou danificados, o que pode gerar resíduos sólidos e impactos negativos no meio ambiente, se não forem tratados adequadamente.
- 4. Consumo de Recursos Naturais:** A fabricação da ambulância requer o uso de recursos naturais, como metais, plásticos e materiais eletrônicos, que podem ser extraídos de forma não sustentável e causar degradação ambiental.
- 5. Ruído e Vibração:** A operação da ambulância pode gerar ruído e vibração, causando desconforto e impactos negativos na qualidade de vida das pessoas que vivem ou trabalham nas proximidades.

Diante desses impactos, é importante adotar medidas para mitigar os efeitos negativos no meio ambiente, como a adoção de tecnologias mais limpas e eficientes, o uso de combustíveis alternativos e renováveis, a implementação de programas de gestão de resíduos e a promoção



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA – CAPITAL DAS CAVERNAS

Praça Padre Caiaffa, n. 70, Centro, CEP 18330-000, Iporanga-SP

CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta

(15) 3656-9830 | lct@iporanga.sp.gov.br | www.iporanga.sp.gov.br

de práticas sustentáveis ao longo de todo o ciclo de vida do veículo. Essas medidas podem contribuir para reduzir os impactos ambientais associados à aquisição e operação da ambulância, promovendo assim um desenvolvimento mais sustentável e responsável.

VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO:

A viabilidade da contratação para a aquisição de uma ambulância e contratações correlatas pela Secretaria Municipal de Saúde de Iporanga é fundamentada em diversos aspectos:

- 1. Necessidade Urgente:** A demanda por uma ambulância eficiente e equipada é urgente para garantir o atendimento adequado às emergências médicas da população de Iporanga. A ausência desse recurso pode comprometer a qualidade e a eficácia dos serviços de saúde prestados.
- 2. Recursos Financeiros Disponíveis:** A disponibilidade de recursos financeiros, como a Emenda Parlamentar nº 2024.021.55026 no valor de R\$ 200.000,00, viabiliza a contratação e a aquisição dos equipamentos necessários para o serviço de saúde, assegurando assim a realização do investimento.
- 3. Benefícios para a Comunidade:** A aquisição da ambulância e a contratação dos serviços correlatos trarão benefícios diretos para a comunidade, incluindo uma resposta mais rápida e eficiente às emergências médicas, o aumento da cobertura de saúde e a melhoria da qualidade dos serviços prestados.
- 4. Atendimentos as Normativas Legais:** Ao seguir os procedimentos estabelecidos pela legislação vigente, incluindo as normas de licitações e contratos administrativos, a contratação será realizada de forma transparente, legal e em conformidade com os princípios da administração pública.
- 5. Impacto Positivo na Saúde Pública:** A disponibilidade de uma ambulância adequada e equipada contribuirá para a promoção da saúde pública, reduzindo os tempos de resposta às emergências médicas, minimizando os riscos à vida dos pacientes e melhorando os índices de saúde da população.

Portanto, diante da necessidade urgente, dos recursos financeiros disponíveis, dos benefícios para a comunidade, do cumprimento das normativas legais e do impacto positivo na saúde pública, a contratação para a aquisição da ambulância e contratações correlatas é viável e necessária para atender às demandas de saúde da população de Iporanga.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA – CAPITAL DAS CAVERNAS

Praça Padre Caiaffa, n. 70, Centro, CEP 18330-000, Iporanga-SP

CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta

(15) 3656-9830 | lct@iporanga.sp.gov.br | www.iporanga.sp.gov.br

CONCLUSÃO:

A aquisição de uma ambulância e a contratação correlata pela Secretaria Municipal de Saúde de Iporanga representa um passo crucial na melhoria dos serviços de saúde oferecidos à comunidade. Diante da urgência em prover um atendimento médico eficaz e oportuno em situações de emergência, a contratação se mostra não apenas viável, mas essencial para garantir a segurança e o bem-estar dos cidadãos.

Com os recursos financeiros disponíveis, como a Emenda Parlamentar nº 2024.021.55026, e a observância das normativas legais, a contratação se realizará de forma transparente e conforme os princípios da administração pública. Os benefícios para a comunidade são inegáveis, com uma resposta mais rápida e eficiente às emergências médicas, a ampliação da cobertura de saúde e a promoção da qualidade de vida.

É fundamental ressaltar que a contratação não apenas atende às necessidades imediatas da população de Iporanga, mas também representa um investimento no futuro da saúde pública, contribuindo para a promoção de um ambiente mais seguro e saudável para todos os cidadãos.

Portanto, concluímos que a aquisição da ambulância e contratações correlatas são medidas necessárias e benéficas para o município de Iporanga, refletindo o compromisso da gestão pública com o cuidado e a proteção da vida de seus munícipes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA – CAPITAL DAS CAVERNAS

Praça Padre Caiaffa, n. 70, Centro, CEP 18330-000, Iporanga-SP

CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta

(15) 3656-9830 | lct@iporanga.sp.gov.br | www.iporanga.sp.gov.br

ANEXO III

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

LEI 14.133/2021

PROCESSO ____/2024

PREGÃO ELETRÔNICO ____/2024

CONTRATO: Aquisição de Veículo modelo Furgão ou PICK-UP, Ambulância Tipo "A", zero KM, estar em conformidade com todas as Normas e Legislações vigentes no Brasil, especialmente as estabelecidas pelo Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) e pelo Ministério da Saúde, para a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Iporanga/SP.

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO 000/2024

TERMO DE CONTRATO CELEBRADO ENTRE, _____ e a empresa _____ tendo por objeto a **Contratação de empresa de Aquisição de Veículo modelo Furgão ou PICK-UP, Ambulância Tipo "A", zero KM, estar em conformidade com todas as Normas e Legislações vigentes no Brasil, especialmente as estabelecidas pelo Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) e pelo Ministério da Saúde, para a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Iporanga/SP**, adotando-se o regime da Lei Federal n. 14.133/2021.

Aos (____) do mês de _____ (____) do ano de dois mil e vinte e quatro (2024), a PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA, com sede na Praça Padre Caiaffa, nº 70, Bairro Alto do Coqueiro, inscrita no CNPJ sob o nº 46.634.283/0001-24, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, o Sr. **ALESSANDRO MENDES RODRIGUES**, brasileiro, matrícula sob o nº _____ e do outro lado a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, neste ato representada por seu Proprietário o Sr. _____, doravante denominada CONTRATADA em observância às disposições da **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, resolvem celebrar este contrato, em decorrência do Processo n. **xxx/2024**, referente ao **Pregão Eletrônico n. xxx/2024**, homologado(a)/ratificado(a), mediante as cláusulas a seguir.

DOS DOCUMENTOS

Cláusula primeira. Fazem parte deste contrato, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta apresentada pela CONTRATADA.

DO OBJETO

Cláusula segunda. Este contrato tem por objeto a **Contratação de empresa de Aquisição de Veículo modelo Furgão ou PICK-UP, Ambulância Tipo "A", zero KM, estar em conformidade com todas as Normas e Legislações vigentes no Brasil, especialmente as estabelecidas pelo Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) e pelo Ministério da Saúde, para a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Iporanga/SP**; para execução no regime de empreitada por preço unitário, em conformidade com este contrato, seus anexos e com a proposta apresentada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA – CAPITAL DAS CAVERNAS

Praça Padre Caiaffa, n. 70, Centro, CEP 18330-000, Iporanga-SP

CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta

(15) 3656-9830 | lct@iporanga.sp.gov.br | www.iporanga.sp.gov.br

§ 1º Serão consideradas incluídas todas as despesas concernentes à aquisição dos veículos, devendo estar incluso todo e qualquer fornecimento e/ou mão de obra necessária, encargos sociais, ferramental, equipamentos, entrega dos veículos até o município de Iporanga, bem como todas as despesas diretas e indiretas, tributos e quaisquer outras incidências sobre o objeto contratado.

§ 2º A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto contratual, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, em conformidade com o estabelecido no art. 125 da Lei n. 14.133/2021.

§ 3º O regime de execução do presente contrato é o de empreitada por preço global, ou seja, a prestação devida à CONTRATADA é fixada em função das unidades determinadas, a serem efetivamente executadas.

DA FORMA DE EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATADO

Cláusula terceira. Os itens contratados serão entregues de acordo com as condições contidas no Processo n.º 527/2023, especificamente do termo de referência e na proposta apresentada pela CONTRATADA, que originou este contrato, em conformidade com o disposto no § 2º do art. 89 da Lei n. 14.133/2021.

§ 1º A CONTRATADA deve entrar em contato com a **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE** e **FISCAL DO CONTRATO** após a assinatura deste contrato para que, juntas, decidam as providências que deverão ser tomadas, no sentido de evitar transtornos durante a execução do objeto deste contrato.

§ 2º Os serviços sob a responsabilidade da CONTRATADA são aqueles que correspondem aos que efetivamente forem executados em decorrência deste contrato. As execuções que apresentarem defeitos deverão ser refeitas, sem custos adicionais ao CONTRATANTE.

§ 3º A execução deverá ser rigorosamente de acordo com as especificações e demais elementos técnicos relacionados nesse instrumento, sendo que quaisquer alterações somente poderão ser realizadas se apresentadas, por escrito, e aprovadas pelo CONTRATANTE.

§ 4º A CONTRATADA só será eximida de sua responsabilidade por qualquer evento considerado como danoso e/ou prejudicial ao regular fornecimento do(s) veículo(s) do item contratado se, após análise do CONTRATANTE, restar concluído que se trata de fato imprevisível, dificultoso à normal execução do contrato, ou previsível, porém de consequências incalculáveis, ou ainda, de caso fortuito e força maior, cabendo exclusivamente à CONTRATADA o encargo de reunir toda documentação necessária à comprovação da ocorrência dos fatos mencionados, a ser apreciada pelo CONTRATANTE.

DA FISCALIZAÇÃO

Cláusula quarta. As disposições relativas à fiscalização contratual estão previstas no termo de referência, bem como os responsáveis denominados **GESTOR E FISCALIS DO TERMO DE CONTRATO**.

Cláusula quarta.

O CONTRATANTE exercerá ampla e irrestrita fiscalização na execução do objeto contratado, a qualquer hora, por meio do gestor e fiscais abaixo indicados, nos termos da Portaria Municipal nº .

§ 1º A forma de comunicação entre os gestores ou fiscais da CONTRATANTE e o preposto da CONTRATADA será realizada preferencialmente por e-mail lct@iporanga.sp.gov.br, ou ainda pelo telefone 15-3656-9837;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA – CAPITAL DAS CAVERNAS

Praça Padre Caiaffa, n. 70, Centro, CEP 18330-000, Iporanga-SP

CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta

(15) 3656-9830 | lct@iporanga.sp.gov.br | www.iporanga.sp.gov.br

§ 2º São competências do Fiscal Técnico:

- zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos produtos fornecidos e do objeto contratado prestados a CONTRATANTE;
- verificar se as características, quantidades e condições no ato da entrega do objeto contratado ou a prestação de serviços (bem como seus preços e quantitativos) está sendo cumprida de acordo com o instrumento contratual e o instrumento convocatório;
- acompanhar, fiscalizar e atestar as aquisições, de acordo com o objeto contratado; e;
- indicar eventuais descumprimentos contratuais para que, mediante processo administrativo, sejam devidamente apurados.

§ 3º O gestor e o fiscal do contrato poderão solicitar à CONTRATADA informações complementares para o pleno acompanhamento da execução contratual.

§ 4º A fiscalização do CONTRATANTE poderá exigir a substituição de qualquer preposto da CONTRATADA, mediante decisão motivada do gestor do contrato.

§ 5º A fiscalização anotará em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização dos descumprimentos observados.

§ 6º A fiscalização exercida não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade verificada durante a execução deste contrato.

DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Cláusula quinta. As obrigações e responsabilidades das partes estão previstas no termo de eferencia

Cláusula quinta. São obrigações e responsabilidades do CONTRATANTE:

- promover condições para a execução do objeto deste contrato;
- assegurar o livre acesso para a entrega do objeto contratado de pessoas credenciadas pela CONTRATADA para a sua execução, prestando-lhes esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados;
- empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento da nota fiscal, respeitada a ordem cronológica;
- fiscalizar minuciosamente a compatibilidade do objeto **entregue com o termo de referência e ainda com a proposta da contratada**, por meio funcionários designados para essa finalidade comunicando à CONTRATADA quaisquer fatos que necessitem de sua imediata intervenção;
- publicar o extrato do contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, no Diário Municipal Eletrônico, órgão oficial de divulgação dos atos processuais e administrativos da Prefeitura Municipal de Iporanga;
- controlar e acompanhar toda a execução do contrato; e
- designar gestor operacional para acompanhamento deste contrato,



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA – CAPITAL DAS CAVERNAS

Praça Padre Caiaffa, n. 70, Centro, CEP 18330-000, Iporanga-SP

CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta

(15) 3656-9830 | lct@iporanga.sp.gov.br | www.iporanga.sp.gov.br

Cláusula sexta. São obrigações e responsabilidades da CONTRATADA:

- contatar com a **Secretaria Municipal de responsável**, antes de iniciar a entrega do item contratado, no sentido de acertar os detalhes de execução, evitando transtornos durante sua prestação;
- entregar o item com todas as características mínimas estabelecidas neste contrato, termo de referencia e anexos;
- refazer imediatamente, por sua conta, o serviço não aceito pela fiscalização, mantendo o local de execução limpo ao término do dia em que foi realizado;
- cumprir todas as exigências das leis e normas atinentes à segurança, higiene e medicina de trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos os que trabalharem ou, por qualquer motivo,
- **facilitar todas as atividades de fiscalização referente a conferencia dos veículos entregues** realizadas pelo CONTRATANTE, fornecendo todas as informações e elementos necessários;
- respeitar os prazos contratuais previstos neste contrato;
- não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto deste contrato;
- comunicar ao CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a execução do fornecimento do item;
- providenciar o imediato afastamento de empregado e/ou preposto que se torne prejudicial ou inconveniente aos
- assumir a responsabilidade pela boa execução e eficiência quanto a entrega do item, bem como por quaisquer danos decorrentes desse fornecimento, causados ao CONTRATANTE ou a terceiros; e;
- manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

DO CRÉDITO

Cláusula sexta/sétima. As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta a seguinte dotação orçamento:

• **ÓRGÃO: 02 - Prefeitura Municipal - FICHA 195- RESERVA 32- RECURSO TIPO 02- ESTADUAL**

DO PAGAMENTO

Cláusula sétima/oitava. As disposições relativas ao pagamento estão previstas no TERMO DE REFERÊNCIA.

Cláusula sétima/oitava. O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA as importâncias estipuladas na tabela abaixo, de acordo com a quantidade efetivamente executada:

Cláusula sétima/oitava. O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, mensalmente, as importâncias estipuladas conforme proposta da empresa vencedora em conformidade com o ANEXO I do presente termo.

Parágrafo § 1º As condições para que ocorra o pagamento são as seguintes:



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA – CAPITAL DAS CAVERNAS

Praça Padre Caiaffa, n. 70, Centro, CEP 18330-000, Iporanga-SP

CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta

(15) 3656-9830 | lct@iporanga.sp.gov.br | www.iporanga.sp.gov.br

I – a CONTRATADA deverá protocolar pedido de liberação do pagamento, acompanhados de Nota fiscal no endereço eletrônico : adm@iporanga.sp.gov.br / compras@iporanga.sp.gov.br , endereçando-o à Secretaria Municipal de Administração e com cópia ao setor Compras.

II – caberá a fiscalização do CONTRATANTE proceder à análise e parecer favorável ao pagamento;

III – a CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, a seguinte documentação, dentro do seu prazo de validade:

- a) comprovante da regularidade para com a Fazenda Federal;
- b) comprovante da regularidade para com a Fazenda Estadual
- c) comprovante da regularidade para com a Fazenda Municipal
- d) comprovante da regularidade para com o FGTS; e
- e) comprovante da regularidade para com a Justiça do trabalho.

IV – os comprovantes de regularidade:

- a) somente serão aceitos com prazo de validade determinado no documento ou com data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias;

V – a CONTRATADA deverá destacar nas notas fiscais as deduções relativas aos impostos previstos em Lei. As retenções serão feitas no pagamento.

§ 2º Caso a CONTRATADA não comprove a regularidade fiscal e trabalhista:

I – será emitida notificação pelo CONTRATANTE para regularização no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento do ofício, e, caso não regularizada, será iniciado o processo de extinção contratual, com aplicação da multa rescisória; e, concomitantemente;

II – será realizado o pagamento, procedendo-se as retenções tributárias, na forma da lei.

§ 3º Verificando-se a existência de responsabilidade subsidiária ou solidária por parte do CONTRATANTE em relação a algum débito previdenciário ou trabalhista da CONTRATADA, a fim de garantir o ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração em decorrência da citada responsabilidade, o CONTRATANTE se reserva o direito de reter o valor correspondente quando da liberação do pagamento.

§ 4º O CONTRATANTE compromete-se a efetuar o pagamento até o 30º (décimo) dia útil a partir da apresentação da nota fiscal à Divisão de Contratos, Convênios e Registro de Preços, da Diretoria de Material e Patrimônio, e após cumpridas as condições de pagamento supracitadas.

§ 5º **No caso do não pagamento da nota fiscal em até o 30º (trigésimo) dia, por culpa exclusiva do CONTRATANTE**, será efetuada a atualização monetária do 31º (trigésimo primeiro) dia até a data da efetiva quitação, atualizando-se o valor com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das obrigações tributárias, em observância ao que dispõem o art. 117 da Constituição Estadual.

§ 6º Todos os documentos apresentados para os pagamentos deverão conter o mesmo CNPJ constante na proposta que originou este contrato.

DO REAJUSTE

Cláusula oitava/nona. Mediante expresse pedido da CONTRATADA, os valores contratados poderão ser reajustados pelo IGP - DI (Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna – menos 1 (um) mês), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, IGPM ou outro índice que venha a ser mais vantajoso para a administração pública observados os valores de mercado, desde que decorrido 1 (um) ano a partir de **XX/XX/XXX**, data do Termo de Consolidação de Pesquisa de Preços.

§ 1º Sob pena de preclusão, o direito ao reajuste deverá ser pleiteado pela CONTRATADA



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA – CAPITAL DAS CAVERNAS

Praça Padre Caiaffa, n. 70, Centro, CEP 18330-000, Iporanga-SP

CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta

(15) 3656-9830 | ict@iporanga.sp.gov.br | www.iporanga.sp.gov.br

antes: I - do advento da data base referente ao reajuste subsequente;

II - da assinatura de aditivo de prorrogação contratual;

III - do encerramento do contrato.

§ 2º O prazo previsto no *caput* somente poderá ser alterado por força de lei, sendo obrigatória a apresentação, por parte da CONTRATADA, da documentação que comprove a origem do novo preço praticado.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

As sanções administrativas serão: advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com o Estado de São Paulo **DECLARAÇÃO** de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, com fulcro no Título IV - Das Irregularidades, Capítulo I - Das Infrações e Sanções Administrativas, da Lei n. 14.133/2021.

§ 1º A penalidade de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do **caput** do art. 155 desta Lei, qual seja *dar causa à inexecução parcial do contrato*, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 2º A CONTRATADA estará sujeita às multas prevista no projeto básico anexo OU às seguintes multas:

- [percentual de multa por atraso na entrega 1 % um por cento] ao dia, limitada a [percentual limitador da multa por atraso na entrega 20% (vinte por cento)], sobre o valor total do(s) produto(s), pelo atraso na entrega entregue(s) com atraso;

- [percentual de multa por atraso na entrega de 2% (dois por cento) ao dia, limitada a [percentual limitador da multa por atraso na execução 20% (por cento)], sobre o valor total do(s) bem homologado, pelo atraso na entrega;

- [percentual de multa por entrega em desacordo 2% dois por cento] ao dia, limitada a [percentual limitador da multa pela entrega em desacordo 20% (vinte por cento)] sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura respectiva pela execução do serviço em desacordo com as especificações técnicas deste contrato se não substituído dentro do prazo estipulado no TR;

VI - percentual de multa por atraso na apresentação da garantia contratual 1% (um por cento) ao dia, limitado a percentual de multa por atraso na apresentação da garantia contratual de 5% (cinco por cento), sobre o valor total dos itens homologados, pelo atraso na apresentação da garantia contratual;

§ 3º Caracterizada a inexecução e constatado o prejuízo ao interesse público, o CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA outras sanções ou até mesmo iniciar o processo de extinção contratual.

§ 4º Os valores correspondentes à prática de infrações contratuais serão retidos e deduzidos do pagamento da Nota Fiscal/Fatura, após o que será a CONTRATADA notificada para, querendo, apresentar defesa administrativa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

§ 5º Os valores retidos pela prática de infrações poderão, após regular processo administrativo, ser convertidos em multa pela autoridade competente.

§ 6º A devolução dos valores retidos, caso não convertidos em multas, será realizada com a incidência de correção monetária, conforme índice utilizado pela Prefeitura Municipal de Iporanga, sem aplicação de juros de mora.

§ 7º Caso não seja possível a retenção e dedução do pagamento da Nota Fiscal/Fatura, os valores relativos à multa serão pagos mediante notificação de cobrança; neste caso, o CONTRATANTE encaminhará, no primeiro dia útil após vencidos os prazos estipulados neste contrato, notificação de cobrança à CONTRATADA, que deverá fazer o



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA – CAPITAL DAS CAVERNAS

Praça Padre Caiaffa, n. 70, Centro, CEP 18330-000, Iporanga-SP

CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta

(15) 3656-9830 | lct@iporanga.sp.gov.br | www.iporanga.sp.gov.br

recolhimento aos cofres públicos até o 5º (quinto) dia útil a partir de seu recebimento, sob pena de cobrança judicial, observando que:

- as multas previstas neste contrato são cumulativas, ou seja, umas sobre as outras, sendo os limites incidentes sobre cada uma delas; e
- na hipótese de a CONTRATADA não efetuar o recolhimento da notificação de cobrança, o CONTRATANTE inscreverá o valor em dívida ativa.

§ 8º A penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado de São Paulo será aplicada, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, descredenciamento do Cadastro de Fornecedores do Município de Iporanga -SP, sem prejuízo da multa de 10% (dez por cento) sobo saldo remanescente do contrato, nos seguintes casos:

- dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- dar causa à inexecução total do contrato;
- não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
- não substituir ou refazer, no prazo estipulado, os serviços/ fornecimento recusados pelo CONTRATANTE; e/ou V – descumprir os prazos e condições previstas neste contrato.

§ 9º. A penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública será aplicada, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos termos do artigo 156, IV, da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes casos:

- apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; IV – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

V – praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846/2013.

§ 10. É admitida a reabilitação do contratado, no caso de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, exigindo, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;

- transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos.

§ 11. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

§ 12. Na aplicação das penalidades acima serão admitidos os recursos previstos em lei, observando-se o contraditório e a ampla defesa.

§ 13. Ocorrendo caso fortuito ou força maior, regularmente comprovado e aceito pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades.

§ 14. Além das penalidades acima citadas, a CONTRATADA ficará sujeita ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores do CONTRATANTE.

DA INEXECUÇÃO E DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a sua extinção com as consequências contratuais e as previstas em lei, com fulcro no Título III, Capítulo VIII da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes modos:

- determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas,



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA – CAPITAL DAS CAVERNAS

Praça Padre Caiaffa, n. 70, Centro, CEP 18330-000, Iporanga-SP

CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta

(15) 3656-9830 | lct@iporanga.sp.gov.br | www.iporanga.sp.gov.br

desde que haja interesse da Administração;

- determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

§ 1º Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

- não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, projetos ou de prazos;

- desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

- alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

- decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que

dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

- atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

- razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

- não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

§ 2º O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegurará ao CONTRATANTE o direito de extinguir o contrato a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

§ 3º A extinção por ato unilateral do CONTRATANTE sujeitará a CONTRATADA à multa rescisória de até 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo do contrato existente na data da extinção, independentemente de outras penalidades.

§ 4º Caso o valor do prejuízo do CONTRATANTE advindo da extinção contratual por culpa da CONTRATADA exceder o valor da Cláusula Penal prevista no parágrafo anterior, esta valerá como mínimo de indenização, na forma do disposto no art. 416, parágrafo único, do Código Civil.

§ 5º A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

DOS ENCARGOS

Cláusula décima terceira/décima quarta. As despesas decorrentes de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução deste contrato ficarão a cargo da CONTRATADA, bem como a correta aplicação da legislação atinente à segurança, à higiene e à medicina do trabalho.

DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Cláusula décima quarta/décima quinta. A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste contrato, somentese reputará válida se tomada nos termos da lei e expressamente em aditivo, que a este contrato se aderirá.

DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS

Cláusula décima quinta/décima sexta. Este contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei n. 14.133/2021 e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA – CAPITAL DAS CAVERNAS

Praça Padre Caiaffa, n. 70, Centro, CEP 18330-000, Iporanga-SP

CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta

(15) 3656–9830 | ict@iporanga.sp.gov.br | www.iporanga.sp.gov.br

DOS PRAZOS

Este contrato terá os seguintes prazos:

- De vigência: 12 meses a contar da data da assinatura do contrato sem possibilidade de prorrogação.

DA PUBLICAÇÃO

Cláusula décima sétima/décima oitava. O CONTRATANTE providenciará a publicação deste contrato no Diário da Municipal Eletrônico nos termos do art. 174 da Lei n. 14.133/2021, para fins de garantia a ampla publicidade.

DO FORO

Cláusula décima oitava/décima nona. Fica eleito o Foro da Comarca da de Eldorado-SP, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas deste contrato.

E, por estarem acordes, as partes assinam este contrato em duas vias de igual forma e teor.

IPORANGA XX, XXXX DE 2024.

ALESSANDRO MENDES RODRIGUES

Prefeito Municipal

Iporanga-SP

CONTRATADA

NOME RESPONSÁVEL

RAZÃO SOCIAL

TESTEMUNHAS:

1 - Nome Completo

2- Nome Completo



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA – CAPITAL DAS CAVERNAS

Praça Padre Caiaffa, n. 70, Centro, CEP 18330-000, Iporanga-SP

CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta

(15) 3656–9830 | lct@iporanga.sp.gov.br | www.iporanga.sp.gov.br

ANEXO I - DO TERMO DE CONTRATO -PREGÃO ELETRONICO Nº xxx/2024

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATOS OU ATOS JURÍDICOS ANÁLOGOS

CONTRATANTE:

CONTRATADA:

CONTRATO (DE ORIGEM) Nº:

OBJETO:

ADVOGADO (S): **JOAS SEPULVEDA ESTEVAM**

Na qualidade de Contratante e Contratado, respectivamente, do Termo acima identificado, e, cientes do seu encaminhamento ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, para fins de instrução e julgamento, damo-nos por CIENTES e NOTIFICADOS para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim, estamos CIENTES, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar Estadual nº 709, de 14 de janeiro de 1993, precedidos de mensagem eletrônica aos interessados.

LOCAL e DATA:

GESTOR DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: Alessandro Mendes Rodrigues

Cargo: Prefeito

CPF: 299.592.318-52

RG: 32.710.133-7

Data de Nascimento: 18/02/1982

Endereço residencial completo: Avenida Marechal Castelo Branco, 342-Centro- Iporanga/SP-CEP. 18.330-000

E-mail institucional: adm@iporanga.sp.gov.br

E-mail pessoal: ale_cabron@hotmail.com

Telefone(s): _____

Assinatura: _____

Responsáveis que assinam o ajuste: Pelo CONTRATANTE:

Nome: Alessandro Mendes Rodrigues

Cargo: Prefeito

CPF: 299.592.318-52

RG: 32.710.133-7

Data de Nascimento: 18/02/1982

Endereço residencial completo: Avenida Marechal Castelo Branco, 342-Centro- Iporanga/SP-CEP. 18.330-000

E-mail institucional: adm@iporanga.sp.gov.br

E-mail pessoal: ale_cabron@hotmail.com

Telefone(s): _____

Assinatura: _____

CONTRATADA

Pela contratada:

Nome:

Cargo:

CPF:

RG:

Data de Nascimento:

Endereço residencial completo

E-mail institucional:

E-mail pessoal:

Telefone:

Assinatura: _____

() Facultativo. Indicar quando já constituído*



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA – CAPITAL DAS CAVERNAS

Praça Padre Caiaffa, n. 70, Centro, CEP 18330-000, Iporanga-SP

CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta

(15) 3656–9830 | lct@iporanga.sp.gov.br | www.iporanga.sp.gov.br

ANEXO II - DO TERMO DE CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2024

DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS A DISPOSIÇÃO DO TRIBUNAL

CONTRATOS OU ATOS JURÍDICOS ANÁLOGOS

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA -SP.

CNPJ Nº:

CONTRATADA:

CNPJ Nº:

CONTRATO Nº (DE ORIGEM):

DATA DA ASSINATURA:

VIGÊNCIA:

OBJETO:

VALOR (R\$):

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

IPORANGA /SP ____ de _____ de 2024 .



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA – CAPITAL DAS CAVERNAS

Praça Padre Caiaffa, n. 70, Centro, CEP 18330-000, Iporanga-SP

CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta

(15) 3656–9830 | lct@iporanga.sp.gov.br | www.iporanga.sp.gov.br

ANEXO IV –A - EDITAL – MODELOS DE DECLARAÇÕES

PREGÃO ELETRONICO Nº XXX/2024

DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa)

CNPJ/MF Nº _____, sediada.

(Endereço Completo)

Declara, sob as penas da Lei, que na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade PREGÃO ELETRONICO Nº 00/2024 instaurada pela Prefeitura Municipal de IPORANGA - SP, que **NÃO FOMOS DECLARADOS INIDÔNEOS** para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA – CAPITAL DAS CAVERNAS

Praça Padre Caiaffa, n. 70, Centro, CEP 18330-000, Iporanga-SP

CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta

(15) 3656–9830 | lct@iporanga.sp.gov.br | www.iporanga.sp.gov.br

ANEXO IV –B - EDITAL – MODELOS DE DECLARAÇÕES

EDITAL

PREGÃO ELETRONICO Nº XXX/2024

DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa)

CNPJ/MF Nº _____, sediada

(Endereço Completo)

DECLARA, sob as penas da Lei, que a empresa _____, CNPJ _____ atende em plenamente aos requisitos de habilitação do presente edital, e que até a presente data **INEXISTEM FATOS IMPEDITIVOS PARA SUA HABILITAÇÃO** no presente processo e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, de.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA – CAPITAL DAS CAVERNAS

Praça Padre Caiaffa, n. 70, Centro, CEP 18330-000, Iporanga-SP

CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta

(15) 3656–9830 | ict@iporanga.sp.gov.br | www.iporanga.sp.gov.br

ANEXO IV –C - EDITAL – MODELOS DE DECLARAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº xxx/2024

DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa), CNPJ/MF Nº _____, sediada, (Endereço Completo)

DECLARA de que a mesma atende plenamente ao que dispõe o Inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal, em cumprimento a Lei Federal nº 9.854/1999, atestando que não possui em seu quadro, funcionários menores de dezoito anos que exerçam trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como não possui nenhum funcionário menor de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.

- 1) Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.
- 2) Se a empresa licitante possuir menores de 14 anos aprendizes deverá declarar essa condição.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA – CAPITAL DAS CAVERNAS

Praça Padre Caiaffa, n. 70, Centro, CEP 18330-000, Iporanga-SP

CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta

(15) 3656–9830 | lct@iporanga.sp.gov.br | www.iporanga.sp.gov.br

ANEXO IV –D - EDITAL – MODELOS DE DECLARAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº xxx/2024

DECLARAÇÃO

Declaração de Enquadramento em Regime Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte

A empresa (Na hipótese do licitante ser ME ou EPP) (Nome da empresa) , CNPJ / MF nº , sediada (endereço completo) DECLARO (AMOS) PARA TODOS OS FINS DE DIREITO, ESPECIFICAMENTE PARA PARTICIPAÇÃO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO , que estou (amos) sob o regime de ME/EPP , para efeito do disposto na LC 123/2006.

Local e data

Nome e nº da cédula de identidade do declarante



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA – CAPITAL DAS CAVERNAS

Praça Padre Caiaffa, n. 70, Centro, CEP 18330-000, Iporanga-SP

CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta

(15) 3656–9830 | lct@iporanga.sp.gov.br | www.iporanga.sp.gov.br

ANEXO IV –E - EDITAL – MODELOS DE DECLARAÇÕES

PREGÃO ELETRONICO Nº xxx/2024

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Declaramos para fins de atendimento ao que consta do edital do **PREGÃO ELETRONICO Nº xxx/2024** da Prefeitura Municipal de IPORANGA /SP, que a empresa.....tomou conhecimento do Edital e de todas as condições de participação na Licitação e se compromete a cumprir todos os termos do Edital, e a fornecer material de qualidade, sob as penas da Lei.

Local e data:

Assinatura e carimbo da empresa:



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA – CAPITAL DAS CAVERNAS

Praça Padre Caiaffa, n. 70, Centro, CEP 18330-000, Iporanga-SP

CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta

(15) 3656–9830 | lct@iporanga.sp.gov.br | www.iporanga.sp.gov.br

ANEXO IV –F - EDITAL – MODELOS DE DECLARAÇÕES

PREGÃO ELETRONICO Nº xxx/2024

DECLARAÇÃO QUE NÃO INTEGRA O QUADRO SOCIAL

(Razão Social) _____

CNPJ/MF Nº _____

Sediada _____

(Endereço Completo)

Declara, sob as penas da lei, que _____ na qualidade de proponente de procedimento licitatório sob a modalidade **PREGÃO ELETRONICO Nº xxx/2024**, instaurada pelo Município de IPORANGA - SP, não integra nosso corpo social, nem nosso quadro funcional empregado público ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da Administração Municipal.

Por ser verdade, firmamos o presente.

Data _____

Local _____

Nome do declarante _____

RG _____

CPF _____

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA – CAPITAL DAS CAVERNAS

Praça Padre Caiaffa, n. 70, Centro, CEP 18330-000, Iporanga-SP

CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta

(15) 3656–9830 | lct@iporanga.sp.gov.br | www.iporanga.sp.gov.br

ANEXO IV –G - EDITAL – MODELOS DE DECLARAÇÕES

(ATO DE IMPROBIDADE, ART 12 DA LEI 8.429/92)

(com timbre empresa)

PREGÃO ELETRONICO Nº xxx/2024

Declaro para os Devidos fins que, a empresa _____, bem com os seus sócios e ou administradores _____ (qualificação completa), não há qualquer tipo de pena de proibição em contratar com o poder público em qualquer esfera, conforme determina o artigo 12 da lei 8.429/92.

_____, ___, ___ 2024.

Nome, RG, Função ou cargo e Assinatura



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA – CAPITAL DAS CAVERNAS

Praça Padre Caiaffa, n. 70, Centro, CEP 18330-000, Iporanga-SP

CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta

(15) 3656–9830 | lct@iporanga.sp.gov.br | www.iporanga.sp.gov.br

ANEXO IV –H - EDITAL – MODELOS DE DECLARAÇÕES

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO COM ÓRGÃO PÚBLICO (art. 14º da Lei 14.133/21, inciso IV) /

(modelo)

(papel timbrado da licitante)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº xxx/2024

Eu, _____, portador do RG nº _____, CPF nº _____, declaro para os devidos fins e sob as penas da Lei, que não possuo vínculo direta ou indiretamente com a Administração Pública FEDERAL, ESTADUAL ou MUNICIPAL, que impeça de contratar com a (Empresa).

Declaro estar ciente de que a falsidade nas informações acima implicará nas penalidades cabíveis, previstas no Artigo 299, do Código Penal, tornando nulo e sem efeito o contrato firmado com a Administração Pública, além de me obrigar a restituir aos cofres públicos todo e qualquer valor recebido indevidamente, sem prejuízo da atualização monetária até o dia da efetiva devolução.

_____, ____ de _____ de ____.

[NOME E CARGO DO REPRESENTANTE LEGAL]



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA – CAPITAL DAS CAVERNAS

Praça Padre Caiaffa, n. 70, Centro, CEP 18330-000, Iporanga-SP

CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta

(15) 3656–9830 | lct@iporanga.sp.gov.br | www.iporanga.sp.gov.br

ANEXO IV –I - EDITAL – MODELOS DE DECLARAÇÕES

DECLARAÇÃO DE INTEGRALIDADE DOS CUSTOS (MODELO)

PREGÃO ELETRONICO Nº xxx/2024

PROCESSO Nº xxx/2024

Declaração do item do EDITAL A empresa [NOME DA EMPRESA], inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº [CNPJ], sediada em [ENDEREÇO COMPLETO COM CEP], por meio de seu representante legal, [NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL], portador da Carteira de Identidade nº [NUMERAÇÃO, DATA DE EXPEDIÇÃO E ÓRGÃO EMISSOR], e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº [CPF], [NACIONALIDADE DO REPRESENTANTE], [ESTADO CIVIL DO REPRESENTANTE], residente e domiciliado em [ENDEREÇO COMPLETO COM CEP], DECLARA, para todos os fins legais para todos os fins legais e em atendimento do EDITAL de LICITAÇÃO da PREGAO ELETRONICO nº XXX/2024, **que possui aptidão financeira para a execução do CONTRATO e que a sua PROPOSTA DE PREÇO compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal**, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Declara ainda que está plenamente ciente do teor e da extensão desta Declaração, bem como detém plenos poderes e informações para firmá-la.

[LOCAL], [DIA] de [MÊS] de 2024.

[NOME E CARGO DO REPRESENTANTE LEGAL]



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA – CAPITAL DAS CAVERNAS

Praça Padre Caiaffa, n. 70, Centro, CEP 18330-000, Iporanga-SP

CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta

(15) 3656–9830 | lct@iporanga.sp.gov.br | www.iporanga.sp.gov.br

ANEXO IV –J - EDITAL – MODELOS DE DECLARAÇÕES

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS– LEI 13.709/2018

1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal, repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.
5. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do edital/instrumento contratual.
6. As partes responderão administrativa e judicialmente, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.
9. Em atendimento ao disposto na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste edital, terá acesso aos dados pessoais dos representantes da LICITANTE/CONTRATADA, tais como: número do CPF, do RG, endereço eletrônico, cópia do documento de identificação, nacionalidade, endereço, dados bancários.
10. A LICITANTE/CONTRATADA, declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.
11. A LICITANTE/CONTRATADA, fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE, em até 24h, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer formal de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

Local, data_____

ASSINATURA E NOME LEGÍVEL DA PESSOA FÍSICA/JURÍDICA
(SÓCIO RESPONSÁVEL PELA EMPRESA)